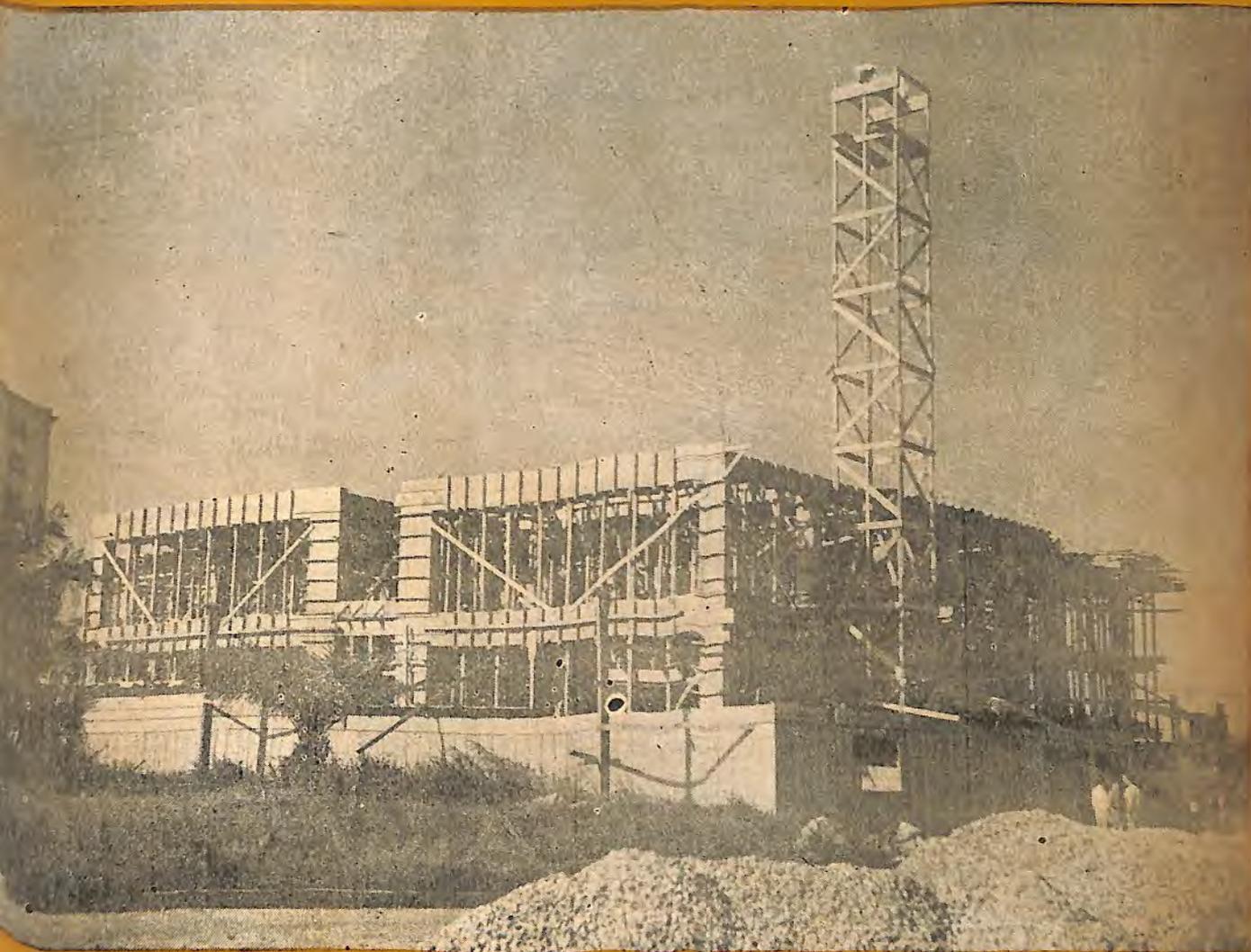


ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

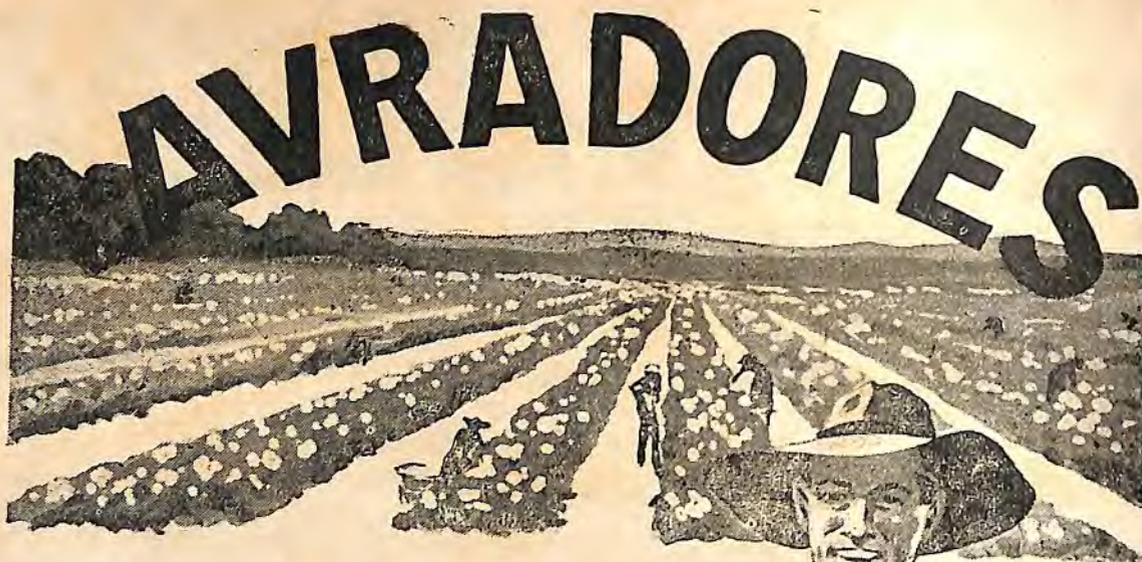
ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



"A Casa da Agricultura", sede em construção da Sociedade Nacional de Agricultura, à Av. Presidente Justo, ergue-se rapidamente. A estrutura em concreto armado já atinge, aí, o 2º pavimento. Foto batida em 16 de outubro.

ANO LIV

RIO DE JANEIRO — BRASIL
SETEMBRO - OUTUBRO, 1950



Com o uso dos produtos agrícolas "ELEKEIROZ"
 suas plantações se tornarão mais rendosas e esta-
 rão protegidas contra as pragas da lavoura.

Aubos Químico-Orgânicos
 "POLISÚ" e "JÚPITER"

SUPERFOSFATO "ELEKEIROZ"
 20 - 21% P₂O₅

INSETICIDAS e FUNGICIDAS
 à base de DDT BHC e outros

FORMICIDA "JÚPITER"
 "O carrasco da saúva"

ARSENIATOS "JÚPITER"
 de Alumínio e Chumbo

BI-SULFURETO DE CARBONO "JÓPITER"
 (Para expurgos)

Fornecemos indicações para o emprêgo
 destes e de outros produtos de nossa
 fabricação.

PRODUTOS QUÍMICOS "ELEKEIROZ" S. A.
 Rua São Bento, 503 - Cx. Postal, 255 - S. Paulo

S. S. Public. E-66





POÇOS DE CALDAS -- Fazenda Santo Aleixo de João Bernardes Junqueira

set. out. 1950

S U M Á R I O :

Uma política econômica para o Brasil — Prof. Arthur Torres Filho	3
A política da Terra — Discurso do Sr. Getulio Vargas	5
Cooperativismo e colonização italiana no Brasil — Dr. Nino Quattrocchi	7
Rumo ao Campo!	11
Trigo — Primeiro, armazéns; depois moinhos — Kurt Ropsold	14
O sombreamento em restauração da lavoura cafeeira — Dr. Pedro Correia Neto	16
A adubos e corretivos no plano de recuperação econômica e fomento da produção no Estado de Minas Gerais — Geraldo Goulart de Oliveira	20
A indústria nacional de lã — Geraldo Velloso Nunes Vieira	23
Ferramentas, implementos e instrumentos agrícolas — Antonio de Arruda Camara	27
Cooperativismo, crédito agrícola e cooperação — Fabio Luz Filho	30
A nossa agricultura — Prof. Arthur Torres Filho	36
Histórico do algodão no Ceará — J. Protasio Bogeia	38
I Conf. Nacional de Febre Aftosa	40
Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláo Bello	40
Combate às moscas da laranja — Jalmirez Gomes	41
Consultas e Informações — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	43
A vacinação no controle da peste suína — José Norbeto Macedo	46
Combate aos insetos caseiros — Julio di Parovicini Torres	47

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo	— DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito	— DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
Presidente de Honra	— DR. GETÚLIO DORNELLES VARGAS
Presidente	— ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	— EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	— ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	— ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	— EURICO SANTOS
4.º Secretário	— CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	— KURT REPSOLD
2.º Secretário	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
FRANKLIN DE ALMEIDA
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR

ALVARO SIMÕES LOPES	— JOAQUIM CAMARA FILHO
ANAPIO GOMES	— JOÃO TAJDER
ANTONIO BARRETO	— JOSÉ SAMPAIO FERNANDES
ANTONIO JOSÉ ALVES DE SOUZA	— JOSÉ SOLANO CARNEIRO DA CUNHA
APOLONIO SALLES	— JULIO CESAR COVELO
BALBINO DE SOUZA MASCARENHAS	— LANDULPHO ALVES DE ALMEIDA
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO	— MANOEL CARLOS FERRAZ DE ALMEIDA
CARLOS DE SOUZA DUARTE	— MANOEL NETTO CAMPELLO JUNIOR
DIOGENES CALDAS	— MARIO VILHENA
EUVALDO LODI	— ORMEU JUNQUEIRA BOTELHO
FABIO FURTADO LUZ	— OSCAR DAUDT FILHO
FRANCISCO SATURNINO BRITO FILHO	— PAULO PARREIRAS HORTA
GUILHERME EGBERT HERMSDORFF	— PEDRO FONTES
HUMBERTO BRUNO	— PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT
IRIS MEINBERG	— ROBERTO DE ARAUJO CARNEIRO CAMPELLO
ISRAEL PINHEIRO DA SILVA	— RUI CARNEIRO
ITAGYBA BARÇANTE	— SEBASTIÃO HERCULANO DE MATTOS
J. C. BELO LISBÓA	— SEBASTIÃO SANT'ANA E SILVA
JERONIMO ANTONIO COIMBRA	— WALDICK MOURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÂTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ORGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Co-**

missão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIV

SETEMBRO-OUTUBRO 1950

Uma Política Econômica Para o Brasil

Prof. **Arthur Torres Filho**

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

No atual momento de depressão econômica, o Brasil, como todos os países tem necessidade de tornar tão eficiente quanto possível a defesa dos mercados internos e assegurar os externos para suas produções. Impõe-se, portanto, a aplicação de medidas que valorisem a produção agropecuária e industrial, generalizando processos técnicos de produção, circulação e distribuição, particularmente de produtos agrícolas e matérias primas.

Da resistência que as fontes de produção possam oferecer, neste grave momento da economia mundial, dependerá seguramente o progresso econômico-financeiro do país. Medidas de estímulo e orientação da produção se impõem, de modo a serem encaminhadas as correntes do comércio interestadual e estrangeiro, tendo em vista prevenir-se a superprodução, regularizando o consumo; estabelecendo-se a disciplina econômica mediante estreita colaboração das classes produtoras com o poder público, de modo a que cheguem aos centros consumidores nacionais e estrangeiros, produtos padronizados, e em bom estado de conservação.

Os problemas econômicos podem ser de duas ordens: nacionais e internacionais. Se, em relação aos nacionais, os países podem, dentro de certos limites, defender seus interesses; na esfera internacional, a cooperação se torna indispensável.

Acontece, por esse motivo, muitas questões agrícolas e industriais por sua magnitude, só poderem ser resolvidas pela coordenação dos recursos de diversas nações. Conferências internacionais se sucedem para derimir dificuldades que perturbam as relações entre os povos. Sente-se que caminhamos para uma nova era nas relações internacionais, embora as barreiras aduaneiras, de câmbio e outras restrições aumentem sempre, dificultando as permutas

Por toda parte está patente a exigência de uma nova política comercial que afinal restitua ao mundo o ambicionado equilíbrio destruído pela Grande Guerra, cujas graves consequências estamos sentindo na perturbação crescente da vida da humanidade. Atravessamos uma volta da história em que muitos países precisarão decidir se devem ou não prosseguir no caminho até agora trilhado. Isso significa a necessidade do estudo das relações internas para pôr em equilíbrio os ramos da produção porque se assim não acontecer se irá agravando sempre a ordem política e social dentro de cada nação. Isso importa dizer que o Brasil deve traçar, com segurança, rumos de sua política econômica externa e interna, papel esse que, pela Constituição de 1946 foi conferido ao Conselho Nacional de Economia, que o Sr. Presidente da República, com inspiração patriótica, deu, por bem, criar.

Na agricultura e na indústria residem as fontes primárias de atividades fornecedoras dos elementos da expansão econômica dos povos. Até há pouco, as permutas do comércio mundial se vinham mantendo em relativa normalidade, delimitadas as linhas divisórias entre países agrícolas e industriais.

E' evidente que o Brasil, como país novo, com a vantagem de forte crescimento demográfico, embora necessitando de comércio internacional para enriquecer-se, deverá procurar, em primeiro lugar, organizar-se internamente.

Observa-se que vai desaparecendo o privilégio de produção de que gozavam certos países para alguns produtos, confiantes nas riquezas naturais, a cada passo se verificando o desequilíbrio das economias nacionais.

Como palavra de ordem surgiu a preocupação de importar pouco e exportar o máximo, regime esse que criou para o comércio internacional situação a que poucas nações poderão resistir, principalmente aquelas de nível elevado de vida, lutando com outros povos de mão de obra barata e menores encargos sociais.

O Brasil não conseguiu atingir, no intercâmbio comercial, a posição que de direito lhe compete, a pesar dos seus grandes recursos iminentes e das qualidades de energia dos seus habitantes. Muitos produtos nossos têm sido repelidos dos mercados exteriores, outros, a despeito das decantadas condições propícias do meio, não logram transpôr com segurança nossas fronteiras. Recursos naturais não podem mais constituir privilégio, diante dos recursos da ciência.

A evolução econômica tem-se realizado com constantes sobressaltos, acarretando esse fato insegurança para a fortuna pública e particular.

Nos dias que correm, cada nação não procura comprar o que necessita, mas, sim, vender o que produz. Na técnica da produção, como na das transações comerciais, vão os povos procurar meios de vencer na liça da competição.

Quem considere a extensão do nosso progresso econômico, quem procure conhecer o que de fato êle tem trazido ao bem estar, às diversas classes sociais, será forçado a confessar que pouco temos alcançado, recebendo ainda do estrangeiro muito do que poderíamos produzir em nossas terras e que aquilo que produzimos só muito precariamente é lançado no intercâmbio mundial.

Questão magna por excelência nesta hora, de que está dependendo a ordem interna do país e a sua própria soberania, é e será, por longos anos, a da nossa organização econômica.

No domínio do desenvolvimento agrícola podemos destacar os seguintes pontos essenciais: largo emprego da moto — cultura, usando combustivel nacional; organização associativa e cooperativa da classe rural; o emprego da genética para o melhoramento das nossas plantas e rebanhos; organização do crédito rural descentralizado, dotando-o de prazos longos e juros baixos, ao alcance dos produtores; revisão de impostos municipais e estaduais, que oneram a produção e circulação dos produtos agro-pecuários; organização de assistência educacional e social das classes rurais; adoção de uma legislação de terras que promova a fixação do homem ao sólo, evitando o grave fenômeno social do êxodo para centros urbanos.

Em suma, fácil se torna compreender, pelo exposto, a necessidade de diretrizes seguras para uma política econômica no Brasil, diretrizes essas que pelo artigo 205 da Constituição Federal foram confiados ao Conselho Nacional de Economia, cuja colaboração com os poderes públicos será, certamente, de alto valôr para os destinos do país.

A Política da Terra

O direito de propriedade, os limites do latifúndio, o elemento humano e o capital — fatores essenciais do problema agrário, que é inegavelmente econômico-social — Os exemplos paulistas e gaúcho — "Latifúndio geográfico" e "latifúndio social". — Sentido prático à colonização. — O crédito rural, os seguros, as leis do trabalho rural a mecanização e os contratos agrícolas.

No seu memorável discurso de São José do Rio Preto, Estado de S. Paulo, o então candidato Getúlio Vargas abordou um dos principais temas da nossa economia rural: o problema da terra. Por sua grande repercussão e interesse, aqui o transcrevemos. E também como homenagem ao ilustre Presidente de Honra da Sociedade Nacional de Agricultura — que, novamente no governo, por certo dará a atenção que merecem os assuntos, como este, tão de peito ligados à nossa agricultura.

"POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO !

Há anos, nesta mesma cidade, ante a multidão que, em alvoroço generoso, procurava me cercar com a exteriorização do seu entusiasmo sincero e sadio, e que de mim se via separada pelos cordões de isolamento, não me contive e pedi que fossem eles retirados porque o meu maior anseio era poder misturar-me com o povo, em quem sempre encontrei compreensão e respeito e de quem sempre recebi carinho e solidariedade.

Continua ainda hoje a pensar e a proceder da mesma maneira. Sou o mesmo homem de ontem, que não receia o contato popular e se sente bem no meio da multidão.

Foi desta terra de São José do Rio Preto, exemplo de trabalho e tenacidade, que conclamei os brasileiros à marcha para o Oeste. Aqui os bandeirantes hodiernos ergueram uma cidade que é modelo de progresso e organizaram um município que espelha na sua riqueza o espírito empreendedor de seus habitantes. Foi portanto de propósito, que atendendo a essas circunstâncias, escolhi São José do Rio Preto para, nesta minha jornada cívica, falar ao Brasil assuntos relacionados com a tão debatida questão agrária. Não é mal somente nosso, mas de quase todos os países novos, falar-se em reforma agrária onde não há nada a reformar, mas sim a prever e organizar. Nesta altura do progresso social e econômico do Brasil, o de que precisamos é de uma lei agrária que estabeleça, como ponto de

partida para as demais soluções, o conceito social da propriedade. Este conceito já decorre, aliás, da Constituição de 18 de setembro de 1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem estar social, e estabelece que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriações por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização em dinheiro.

O abandono das terras e o interesse social, tendo em vista as necessidades dos centros populosos das grandes cidades, e as exigências técnicas da colonização, é que justificam a desapropriação de terras.

Em face do novo conceito doutrinário que se dá ao direito de propriedade, não posso deixar de ferir a questão do latifúndio e de expôr, como candidato de uma poderosa parcela do povo brasileiro, a minha opinião sobre o assunto.

Num país como o nosso, imenso e despovoado, não podemos tratar de matéria tão debatida, tendo nas mãos, unicamente as cartilhas com que se reivindicam, em países de população agrária intensa, melhor distribuição das terras e a revogação de preceitos jurídicos que condições locais alteram.

Basta olhar no Brasil os exemplos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, para vermos como onde não há ranços feudais a propriedade rural se vai, aos poucos, subdividindo — com as partilhas e com a colonização.

O de que necessitamos, portanto, é que não se aprecie o latifúndio apenas como uma desmesurada extensão territorial, concentrada numa só mão, mas que a lei o delimite no espaço de modo que possamos estabelecer aquelas diferenciações que um sociólogo americano, com muita propriedade, traçou entre "latifúndio geográfico" e "latifúndio social" a fim de fixar as normas de intervenção do Estado num e noutro caso.

Uma vez definidos o direito de propriedade e os limites da concessão ao latifúndio, podemos apreciar o elemento humano e o capital, que com a terra integram os fatores essenciais do problema agrário, que é, inegavelmente econômico e social.

País despovoado, devemos, por conseguinte, tratar com seriedade os problemas da imigração e da colonização, por meio de leis adequadas ao nosso meio.

Temos experiências próprias no sul do país. Utilizando-as e consultando as de outros países semelhantes ao nosso, podemos encarar a colonização sob o sentido prático, de modo a acelerar o povoamento do solo, aumentar a produção e, conseqüentemente, o nosso poderio econômico.

Faz-se mistér, portanto, criar ó órgão especializado, capaz de enfrentar questões de tamanha magnitude, resolvendo-as com acêrto e prosseguindo, sem tergiversações, nos rumos adotados.

Como elemento necessário ao sucesso de qualquer programa, nesse terreno, não podem ser esquecidos, o crédito, o seguro, as leis sôbre o trabalho rural, a mecanização da lavoura, a legislação sôbre contratos agrícolas.

Relativamente ao crédito rural é preciso ter em vista, que deve êle ser distribuído em empréstimos e a prazo suficiente, através de regulamentação em que se discriminem as operações de exercício e de melhoramento, e cuja concessão, em qualquer hipótese, tem que ser efetuada a juros baixos e por aparelho consagrado especialmente a essa modalidade de transação: o futuro Banco Rural Brasileiro.

O Banco do Brasil, os Bancos dos Estados, os Bancos Agrícolas, as Cooperativas e as Caixas de Crédito Rural, que se organizaram de acôrdo com as leis que a respeito forem promulgadas, deverão operar com os ruralistas dentro de juros cujo limite máximo, fixado legalmente, não poderão ser ultrapassados sob qualquer pretexto.

O crédito, assim disciplinado, facilita o desenvolvimento da mecanização das nossas lavouras, progresso que o Govêrno Federal auxiliará por meio de fornecimento a baixo preço de tratores e de outros veículos a motor, através da Fábrica Nacional de Motores e de outras que o Govêrno venha a construir sob a forma de sociedades mistas.

Todos êsses problemas, pois, requerem solução imediata, que temos de dar, dentro de um plano agrário, nesta altura, já uma exigência das nossas necessidades, e que terá de corresponder à estruturação da economia nacional e à mobilização dos nossos recursos inexplorados.

Nenhuma nação, até hoje, pôde proporcionar alegria, bem estar e riqueza ao seu povo, senão organizando sólidamente a exploração rural, base de qualquer progresso industrial.

Terras cobertas de lavouras e campos cheios de rebanhos garantem a estabilidade econômica de qualquer país.

POVO E TRABALHADORES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO!

Nesta campanha não me animam sentimentos diferentes daqueles que até hoje têm norteado a minha vida pública.

Não cultivo ódios nem molquerenças, nem ambições; e se me encontro, agora, perante o povo como candidato à Presidência da República é porque não pude deixar de atender à convocação que vinha recebendo dos brasileiros de todas as condições sociais.

Saí do retiro voluntário onde vivi durante três anos, porque o povo de meu País assim o exigiu.

Vim corresponder aos vossos apelos, trabalhadores, e por isso a luta cívica em que me empenho é sobretudo vossa.

Cerrai fileiras em tôrno dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Progressista, tanto à Presidência da República, como ao govêrno deste grande Estado de São Paulo.

Nunca me haveis decepcionado, pois nos momentos em que para vós apelei, respondestes sempre com o vosso decidido apoio, com o calor da vossa solidariedade.

Estou certo de que também agora contarei convosco.

Às urnas, pois!

E até 3 de outubro!"



LAVRADOR:

**Inscreve-te sócio da
SOCIEDADE NACIONAL DE
AGRICULTURA**

Informações:

**Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º
C. Postal 1245 — Tel.: 42-2981
— Rio de Janeiro —**

Cooperativismo e Colonização Italiana no Brasil

pelo DR. NINO QUATTROCCHI

(Presidente da Cooperativa Agrícola "Paraíso",
fundada em Araruama, Estado do Rio, em julho
de 1950)

DEDICATÓRIA

Ao ilustre Dr. Fábio Luz Filho, de quem tive a oportunidade, durante a minha estadia no Brasil, de conhecer e apreciar a clara e ampla visão dos problemas econômicos e sociais deste grande país, dedico este estudo sobre as possibilidades da colonização italo-brasileira, como testemunho da minha mais viva e atenciosa admiração.

1.ª) Impressões sobre a imigração no Brasil

Procurei sempre considerar e enfrentar a solução do problema migratório da Cooperativa "Terra do Sol", que tenho a honra de representar legalmente no exterior, sem idéias preconcebidas e sem fáceis paixões, especialmente porque, além do Oceano, os panoramas são muito diferentes dos da Itália.

As recentes experiências que causaram tantas decepções, oferecem as mais honestas e práticas indicações para uma serena objetividade de juízos sobre tal problema. Muitas iniciativas de imigração, embora custosamente aparelhadas faliram, especialmente na América do Sul, pelos superficiais conhecimentos locais, induzindo, assim, algumas nações européias a interromper suas correntes de trabalhadores para este hemisfério.

As profundas diferenças existentes entre as várias nações sul-americanas, entre suas várias regiões e frequentemente no interior de uma mesma zona, criam uma pluralidade de pontos de vista às vezes tão contrastantes, e com diversas características, que não permitem mais uma avaliação de conjunto.

E' lógica e intuitiva, pois, a necessidade de concentrar tôdas as atenções para qualquer solução que aplaine o caminho é que seja o produto de experiências adquiridas "in loco".

O país que possui as condições melhores

para um seguro e amplo desenvolvimento de atividades em todos os campos, é, sem dúvida, o Brasil, que nos honra com a arraigada convicção de que a imigração italiana, no sentido de colonização, é a mais conveniente, pois suas realizações estão merecendo as mais elogiosas referências dos homens responsáveis deste país.

As possibilidades de realizações de grandes progressos agrícolas dependem principalmente da maneira de fixação das populações em relação às enormes disponibilidades de terra. Grandes empresas de colonização não poderão enfrentar, com tranquilidade e com sucesso, as dificuldades iniciais de suas obras sem dispor largamente do fator tempo.

Não deve prevalecer, portanto, rigidez de critérios para os entendimentos e os projetos, mas uma fluída elasticidade, quando existe uma recíproca boa vontade e as intenções são claras e honestas.

Os que se propuseram solucionar tais problemas e deverão ser os responsáveis pelo encaminhamento da poderosa máquina de progresso econômico que é a imigração, não de estar a altura de sua missão delicadíssima, escolhidos, direi, quase obrigatoriamente, não entre as categorias de hóspedes flutuantes, mas entre elementos estáveis, sem interferências da burocracia, que habitualmente cria dificuldades com seus formalismos absurdos.

Quem escreve confia, pelo menos, para poder iniciar, no capital livre, ainda que modesto, de um núcleo cooperativista, como será demonstrado em seguida, mais do que nas grossas promessas de intervenção oficial, que quase sempre impedem ou frustam iniciativas de seguro rendimento econômico e social.

E' indispensável, ao invés, educar, instruir os nossos imigrantes, submetendo-os a um verdadeiro controle para aferição de sua idoneidade.

E' bastante estranho, mas é frequente assistir ao fenômeno de unidades imigratórias que parecem esquecer, nos novos ambientes, os normais hábitos revelando defeitos absolutamente desconhecidos em seus países de origem. E' preciso, pois, o conhecimento psicológico dos fatores mo-

rais e materiais que devem concorrer para o feliz sucesso das empresas de colonização. Geralmente é dura a vida nos países tropicais. Não deve enganar a fácil vegetação de algumas zonas. É oportuno, ao invés, como sempre faço, recomendar, pelo menos inicialmente, que se dê a necessária importância ao clima, ao solo que deve ser lavrado. São necessárias casas confortáveis, próximas de centros habitados, onde poderão encontrar, os trabalhadores, as indispensáveis comodidades da vida.

As migrações internas, num segundo tempo, são muito mais fáceis do que as de além-mar. Por isso não nos deve preocupar se imediatamente não se pensa em instalar homens e famílias nacionais no centro de Mato Grosso ou de Goiás. É necessário evitar tanto quanto possível que os imigrantes caiam em nostalgias, porque os que são destinados à colonização, ainda quando, como acontece nos meus entendimentos se tornem proprietários das terras que cultivam encontrarão, sem dúvida, dificuldades de ambientação às vezes enormes. A colonização é sempre uma aventura material e psicológica que exige plena consciência das dificuldades, coragem, espírito de sacrifício, otimismo, mas, sobretudo, confiança nos trabalhadores. O imigrante italiano, reconhecidamente um elemento de trabalho de alta capacidade produtiva, de iniciativas inteligentes e de hábitos sãos, deve ter a perfeita sensação de que é considerado um fator necessário, apreciado, para o desenvolvimento econômico deste grande país. É preciso que ele não se sinta estranho na vida do novo país e que veja e constate em torno de si, sempre, uma sincera cordialidade e a demonstração de que é estimado como um coeficiente precioso do desenvolvimento econômico da sua nova pátria.

2.º) Condições para arraigar no Brasil os núcleos cooperativistas

As condições agrícolas do Brasil, acerca da possibilidade de determinar tipos de produção, são vários: desde a Amazônia ao Rio Grande do Sul. Não se conseguiu ainda fixar aspectos especiais à agricultura brasileira. Em geral, prevalece o tipo colonial de cultura. Ainda hoje se fazem grandes roçados para obter terrenos férteis, mas quando estes, por serem pouco tratados segundo as exigências que sua exploração intensiva envolve, dão sinais de cansaço, são

abandonados. Hoje, porém, este método, pelo crescente valor das terras e pelas novas diretrizes econômicas do Brasil, está sendo abandonado pois a agricultura vai assumindo um tipo normal.

O exemplo vem-nos também da América do Norte, que sofreu este mesmo fenômeno, essencialmente porque, sem a atual evolução dos sistemas agrícolas, e desconhecendo os meios para preservar as terras das erosões, etc., os trabalhadores acabavam transformando em deserto o que era antes um verdadeiro jardim.

Biliões e biliões de dólares gastaram e continuam gastando os Estados Unidos para restabelecer o equilíbrio que foi alterado quando, pelas derrubadas, se torna impossível a produção sem as chuvas. Também no Brasil o primeiro alarme foi lançado pelos técnicos de São Paulo, que constataram fenômenos meteorológicos muito importantes em relação ao regime das chuvas. Impõe-se, portanto, o tratamento do terreno para produção do tipo perene, com todos os cuidados necessários para torná-lo mais fértil e estudando a maneira de evitar as erosões, mantendo as chuvas com a reconstituição das matas, onde fôr necessário.

3.º) A assistência econômico-política e social aos núcleos cooperativistas no atual momento

O atual momento político em relação à história do Brasil destes últimos 50 anos, é, sem dúvida, o melhor para a realização do envio de fortes correntes migratórias da Itália. O aumento sempre crescente da população italiana de cerca de meio milhão de almas por ano, o limitado espaço nacional que não pode conter o nosso Povo, as desocupações que dêsse estado de coisas derivam, são tão graves, que não permitem delongas em abrir tão preciosa válvula de salvação.

Não são suficientes os grandes esforços dos Governos, com suas providências internas, saneamentos e divisões de latifúndios, fomento da industrialização, etc. Por isso a única solução do problema demográfico italiano é a emigração, para a África, para a Austrália, a América e precisamente para o Brasil.

Esta Nação tem urgentes necessidades de uma forte transfusão de energias no seu operariado rural.

Julgo, por conseguinte, que chegamos ao

ponto em que não devia haver mais dificuldades para a realização de concretos entendimentos sobre a emigração italiana para o Brasil, uma vez obtidas as respostas afirmativas aos seguintes quesitos:

a) Constituiu a Itália uma especial entidade, o I.C.L.E., dotando-o de fundos para o estudo e o desenvolvimento e a assistência à emigração?

b) Destinou a Itália os 300 milhões de cruzeiros dos bens italianos no Brasil para a emigração neste país?

c) O Brasil, generosamente, aceitou em pôr à disposição dos imigrantes as terras necessárias a preços de favor?

d) Instituiu o Brasil o Conselho de Imigração, com a dotação de fundos suficientes para o seu funcionamento?

e) Deu o Brasil e continua a dar auxílios econômicos a juros módicos, amortizáveis suavemente, além das viagens gratuitas e de outras providências?

f) Não há interesse em vários Estados do Brasil em favorecer, por todos os meios à sua disposição, a imigração especialmente dos italianos?

g) Colocou a E.R.P. à disposição da Itália, 13 milhões e 200 mil dólares para auxiliar a imigração para a América do Sul, fornecendo instrumentos agrícolas, habitações, etc.?

Então penso que a colonização no Brasil é já um fato certo e não uma iniciativa ainda longe de uma possível realização.

Plano econômico de um núcleo tipo de Cooperativa

Insistindo sobre a oportunidade enunciada já pelo abaixo-assinado, de um núcleo de 50-60 famílias para colonizar pelo menos 1.000 alqueires de terras, especialmente fazendas já em cultura, e com as mesmas tolerantes aproximações seria necessário estabelecer as seguintes condições:

a) terreno na medida de 30 hectares para cada família e para cultura intensiva	1.500 ha.
b) terreno para pastagem e criação de gados	1.500 ha.
c) terreno para ficar em mata natural ou em mata talhada	1.000 ha.
d) terreno para culturas extensivas	500 ha.
e) terreno destinado a construção de casas, estradas	500 ha.
TOTAL	5.000 ha.

Família: — Cada família deveria ser com posta de 5 unidades, dos quais pelo menos 3 hábeis para o trabalho.

Habitações: — Pelo menos 50 casas residenciais normais, além de grupo de construções destinados à sede social do núcleo, do armazem, a venda, a serraria, do depósito dos instrumentos de trabalho, a garagem, a enfermaria e, num segundo tempo a escola, igreja, etc.

Comunicações: — Sejam assegurados pelo menos com o centro habitado mais próximo.

Água: — Assegurado o abastecimento hídrico potável com as normas de higiene.

Aparelhamento mecânico: — Dois tratores de cinta, dois tratores de rodas, dois caminhões, um jeep, dois mono-relhas, e bi-relhas, semeadoras, ceifadoras, bedulhadoras, destorroadores, arados, instrumentos agrícolas pessoais.

Aparelhamento agrícola individual: — Uma serra tipo "Brenta", uma plana, uma queijeira, um forno para pão, um moinho para a mandioca, etc.

Para todo o aparelhamento descrito, a partir das casas, a relativa despesa mantém-se em torno dos sete milhões de cruzeiros.

Tal quantia, porém, conforme as eventuais facilidades, como seriam a possibilidade de obter terras a título gratuito ou semi-gratuito, dilações dos pagamentos de forma que possam garantir a amortização, fornecimentos dos instrumentos agrícolas em geral por parte da "E.R.P.", viagem gratuita ou semi, assistências várias, etc., fica reduzida como em seguida vai ser demonstrado com cifras muito acessíveis.

Com modestos capitais sociais pode-se organizar, pois, um núcleo e dar-lhe vitalidade.

Orçamento preventivo para o funcionamento de um núcleo cooperativista

	Cr\$
1.º — Custo do terreno, cerca de 1.000 alqueires geomét.	2.000.000,00
2.º — Custo de 60 casas, a Cr\$ 15.000,00 cada uma	900.000,00
3.º — Despesas pela construção de estradas, serviços hidráulicos, etc.	100.000,00
4.º — Aparelhamento agrícola, tratores, etc.	800.000,00
5.º — Despesas para aquisição de gado normal, cerca de 500	

cabeças	600 000,00
6.º — Custo de viagens para 300 pessoas	750 000,00
7.º — Despesas para mobílias e utensílios para 60 famílias	120.000,00
8.º — Aparentamento industrial geral	200.000,00
9.º — Despesas necessárias para a lavragem dos primeiros 500 hectares de terreno e até a primeira colheita	150.000,00
10.º — Despesas para a manutenção de 60 famílias por um ano	360.000,00
11.º — Despesas gerais para construções e imprevistos	520.000,00
TOTAL	6.500.000,00

dos das culturas de tipo normal, a colheita do primeiro ano de vida do núcleo-tipo poderia dar o resultado seguinte:

	Cr\$
Produto da colheita dos primeiros 500 hectares de cultura normal, 5.000 quintais a Cr\$	500.000,00
100,00	
4.000 metros cúbicos a Cr\$ 20,00 o m3	30.000,00
Corte de madeira para obras (800 metros cúbicos, a Cr\$ 800,00 o m3	640.000,00
Produto leite (30 mil litros a Cr\$ 1,00 o litro)	30.000,00
TOTAL	1.250.000,00

As despesas indicadas nos números 1, 2, 4, 5, 6 e 7, deveriam ficar a cargo das contribuições *ad-hoc*, criadas, as despesas ficariam, em consequência, assim reduzidas de :

	Cr\$
1.º — Para a compra dos terrenos e pelo convênio italo-brasileiro o alívio sobre as despesas indicadas no anterior quadro deveriam ser de	2.000.000,00
2.º — Para intervenção dos fundos da E.R.P. (uma metade)	450.000,00
3.º — Como supra, por inteiro	800.000,00
4.º — Como supra, por metade	300.000,00
5.º — Pelas facilidades concedidas pelo Brasil	750.000,00
6.º — Pelos fundos E.R.P., por metade	60.000,00
TOTAL	4.360.000,00

Este resultado constituiria o início de um fundo de reserva, dado que, como escrevi acima, tôdas as despesas para o primeiro ano estão incluídas no plano geral.

Realização no fim do 2.º ano e sucessivos até o 5.º ano de vida

	Cr\$
Produto de duas colheitas por 1.500 hectares de cultura geral (30.000 quintais a Cr\$ 100,00 o quintal)	3.000.000,00
Produto de corte de matas para lenha, 1.º ano	80.000,00
Produto de corte de madeira para obras	640.000,00
Produção de leite e venda de vitelas	80.000,00
Produto de produção de colheita extensiva	200.000,00
TOTAL	4.000.000,00
Despesas da Cooperativa para pagamentos, etc, a 40%	1.600.000,00
Despesas de caráter geral a 25%	1.000.000,00
TOTAL	2.600.000,00
TOTAL LÍQUIDO	1.400.000,00

As despesas, portanto, que no orçamento apresento para o funcionamento do primeiro núcleo, já calculadas em Cr\$ 6.500.000,00, com os Cr\$ 4.360.000,00 de contribuições governamentais, reduzir-se-iam a Cr\$ 2.140.000,00, iguais a liras italianas de 40 milhões, que o abaixo-assinado se comprometeria, com o único apêlo moral por parte do Governo italiano, em obter por subscrição dos sócios da própria Cooperativa.

Realização no primeiro ano de vida do núcleo tipo

Com referência dos preços-índices obti-

Que nos cinco anos sucessivos, atingindo a cifra de 7 milhões de cruzeiros, constituiria a extinção global dos gastos feitos pela instalação e funcionamento da Cooperativa.

Rio de Janeiro, Julho de 1950.

Rumo ao Campo!

A prosperidade nacional está a depender, na hora presente, do aumento e da maior diversidade da nossa produção agrícola e industrial, tanto para o consumo interno, como para as exportações. Acontece conosco o que também se dá com outras nações americanas, que no dizer de ilustre economista "uma Nação devedora, não pode aspirar uma balança de pagamento ativo, ou melhor, equilibrado, até que a balança comercial apresente importantes saldos favoráveis".

Se quiséssemos demonstrar a tese de que a nossa capacidade produtiva não tem crescido, oscilando sempre em extremos que evidenciam nossa debilidade econômica, teríamos que estudar o volume físico da produção agrícola e seu valor, o volume das mercadorias transportadas nas estradas de ferro e outras vias de comunicação.

Não se pode duvidar existir um paralelismo entre a capacidade econômica e a capacidade financeira do país. Frustar esse equilíbrio, que deverá existir sempre, será de consequências funestas para a nação que só a custa de muito esforço de tôdas as administrações (estaduais e municipais) em perfeita harmonia com o Governo Federal, será capaz de nos encaminhar para uma política verdadeiramente construtiva. Esse seria o papel a desempenhar pelo Conselho Nacional de Economia.

A fase que atravessamos, como ninguém poderá negar, é de desequilíbrio na vida econômico-financeira do país. Essa situação está a exigir medidas de ordem financeira, de um lado e de outro, larga política de proteção ao trabalho nacional, a começar pela eliminação do desordenado regime tributário em vigor a uma adaptação das tarifas alfandegárias, consultando a capacidade econômica do contribuinte e desafogando o trabalho nacional.

As demonstrações inofensíveis da astenia que deprime a nação temo-las no que ocorre com a vida econômico-financeira. Ao reconhecê-las, nem por isso devemos nos deixar abater, mas sim lançarmos mão de todos os recursos para reerguermos o país, fazendo-o retomar o caminho acelerado de sua evolução econômica.

O nosso verdadeiro ideal, em matéria de exportação, deveria ser o de infiltrar o produto do trabalho nacional nos mercados externos, dilatando a capacidade econômica do país, procurando colocar o excesso de sua produção. Isso quer dizer, que o problema fundamental do Brasil é o de sua expansão comercial no interior e no exterior.

Quem examina o ritmo do nosso movimento de exportação, verificará o quanto têm sido êle variável, em tonelagem e valor, nos seus principais artigos, sem excetuarmos o café, que contribui com cerca de 70%.

Fôrça é reconhecer o papel de relevância sem contraste que a intensificação da produção de nossas terras poderá desempenhar no desenvolvimento da prosperidade nacional, pelo melhor aproveitamento das suas enormes fontes latentes de riqueza.

A contingência da luta no campo das competições econômicas está a exigir de nós, se quisermos vencer, a introdução de novos métodos da exploração da terra, revolucionando a rotina e os processos culturais.

Sem os ensinamentos da agronomia, por certo permaneceremos retardatários, incapazes de possuir forte estrutura econômica. Procuraremos, por isso, transformar os processos de cultivo, melhorar as variedades de plantas cultivadas, generalizar o emprêgo da adubação, aplicar, enfim, os ensinamentos da complexa ciência agrônômica.

E' fato sem contestação que temos caminhado, do Império à República, sem programa definitivo de política econômica, abrangendo todo o país, com apoio das administrações estaduais e municipais; no entanto sem esse programa, não alcançaremos nenhuma finalidade segura, não poderemos zelar pelas fontes de produção e tudo caminhará entregue às próprias forças da Nação.

A descontinuidade de nosso movimento econômico é uma revelação flagrante da nossa imprevidência; para prová-lo bastará que examinemos as nossas exportações, sendo fácil concluir-se que essa exportação

se acha limitada, em percentagem dominante ao café, que prepondera sem contraste no valor e no volume, deixando sujeita às maiores surpresas a vida econômica e financeira do país.

Nos tempos modernos não é dado a nenhum povo viver consumindo os próprios produtos, sem vender nem comprar. Todo nosso esforço para regularizar nossa vida financeira, será improfícuo, se não acelerarmos a exportação, isto é, se não conseguirmos aumentar a capacidade de produzir, vender e comerciar.

Só dêsse modo nosso desenvolvimento se fará com normalidade; só assim alcançaremos riqueza sólida, corrigindo os déficits na balança de pagamentos.

Para exportar em grande escala, de modo a conseguir recursos em ouro para as necessidades de pagamento no estrangeiro seria preciso produzirmos em grande escala; e, para isso, teríamos de fazer exame consciencioso de nossas condições agrícolas, mediante investigações agrônômicas, estatísticas e econômicas, de modo a serem removidos os embaraços que atrofiam as fontes de produção.

Múltiplas são as causas que perturbam o trabalho nacional; e, sem procurarmos estudá-las e resolvê-las, com mão forte, não removeremos os embaraços que prejudicam nosso progresso econômico.

Em grande parte, devido às crises, que se apresentam bruscamente, sem ritmo algum, temos ainda a produção agrícola minguada, que não reflete, em absoluto, os extraordinários recursos do território do Brasil e nem está em relação com a população de que hoje dispõe.

A política que nos convém, aquela que consulta as aspirações nacionais e de que está dependendo a expansão comercial no exterior e o fortalecimento da fortuna pública, reside no amparo e na propulsão da produção nacional, em quantidade suficiente para atender às necessidades internas a ser lançado, em forte escala, no mercado exterior.

Não nos esqueçamos, porém, que, com as profundas modificações experimentadas pela produção agrícola mundial, só poderão vencer, na competição comercial, os países melhor organizados técnica e economicamente.

E' certo que o Brasil, no momento grave por que atravessa o mundo, precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida,

despertando as regiões decadentes por novos surtos de expansão.

A tendência geral é a de cada nação viver dos próprios recursos, diante do estado geral criado pela destruição de capitais, muito principalmente depois da Grande Guerra.

Os preços dos produtos agrícolas têm caído em todos os mercados, prejudicando o consumo dos produtos industriais.

Vemos que as nações da Europa estão empregando os melhores esforços para se ergueram do cataclismo econômico, adotando reformas agrárias e se aparelhando para melhor explorar os recursos contidos em seus territórios. Por nossa vez, precisamos produzir soma apreciável de mercadorias úteis, para satisfazer às necessidades da vida nacional e termos volume suficiente para a exportação em bases racionais.

Não viria agora a pêlo traçar planos econômicas, mas um dos aspectos da nossa questão agrária digno de ser focalizado, é o do aproveitamento da terra, assunto êsse, na atualidade, da maior relevância social e econômica por estar empolgando a atenção de todos os povos. Vemos que, no Brasil, a resistência oferecida, neste momento, à crise universal, é devida, em grande parte, à sua agricultura. Isso prova residir no labor dos campos um dos fatores mais eficientes do progresso nacional.

Em tôda a Europa, como neste momento sucede, muito principalmente na Itália e na Espanha, como também nos Estados Unidos e no México, a divisão da propriedade territorial está se operando mediante irresistível movimento de transformação.

E' certo que, na aplicação ao nosso meio, de medidas idênticas, teremos de procurar a solução mais lógica e apropriada ao nosso país.

E' sabido que grande parte da massa da nossa população rural vive na penúria; pode-se dizer que o trabalho do agricultor não é devidamente compensado, por reinar a desordem na produção. Entretanto, a nação só poderá ser arrancada das graves crises financeiras e o bem-estar reinar nas cidades, se dispusermos de produção agrícola abundante e de fácil circulação em nosso território, livre das peias de uma tributação excessiva e desordenada.

Carecemos evitar o êxodo acentuado da população dos campos, iniciando enérgica política de expansão econômica. Vemos extensos latifúndios atirados ao abandono na vizinhança de cidades populosas, en-

quanto o estômago enorme delas, se estorce à míngua de gêneros de subsistência adquiridos, geralmente, por altos preços. E' que o regime da grande propriedade se vai prolongando indefinidamente, com prejuízo do maior número e dos interesses do país.

Um programa que tivermos de traçar nessa diretriz, exigirá legislação mais enérgica do que a que possuímos, para que o plano a executar não fique sujeito a interrupções, como sóe acontecer com a maioria dos nossos empreendimentos. As medidas a serem preconizadas valem por sua complexidade; obras de drenagem e de irrigação; localização dos agricultores; direção agrônômica; tudo isso, é evidente, necessita fazer parte de um plano de conjunto com legislação específica.

Somos dos que consideram sempre pouco todo o auxílio prodigalizado àqueles que vivem do trabalho da terra, entre nós, pois nosso supremo ideal deverá ser transformar a massa dos seres humanos, que vive no interior do país, em elemento realmente ativo e eficiente do progresso nacional.

Carecemos, enfim, de uma série de medidas decalcadas em um plano de con-

junto, com base financeira estável, de modo a se iniciar entre nós bem orientada política agrícola.

O Estado tem que intervir em benefício da socialização da terra porque essa é uma das maiores questões sociais e econômicas da nossa época.

O inescusável sociólogo Alberto Torres, com verdadeira visão profética, na sua obra "O Problema Nacional Brasileiro", proferiu um conceito lapidar: "O Brasil tem por destino ser um país agrícola; tôda a ação que tender a desviá-lo dêsse destino é um crime contra sua natureza, contra os interesses humanos".

Mais ainda: "As sociedades humanas estão já pagando, com a carestia da vida, pesado tributo ao desaproveitamento do solo e do braço humano, à atividade infecunda e à inércia do maior número; uma das mais graves consequências da política do capitalismo, das especulações mercantis, da febre de enriquecimento."

O momento para o Brasil é de — rumo ao campo — a exemplo daquele — **retour a la terra** — com que o ilustre ministro Meline indicou à França como caminho de sua salvação.

Seleções Agrícolas

DIRETOR: EURICO SANTOS — GERENTE: O. ASSUMPCÃO — SUPERINTENDENTE: M. NUNES

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS:

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

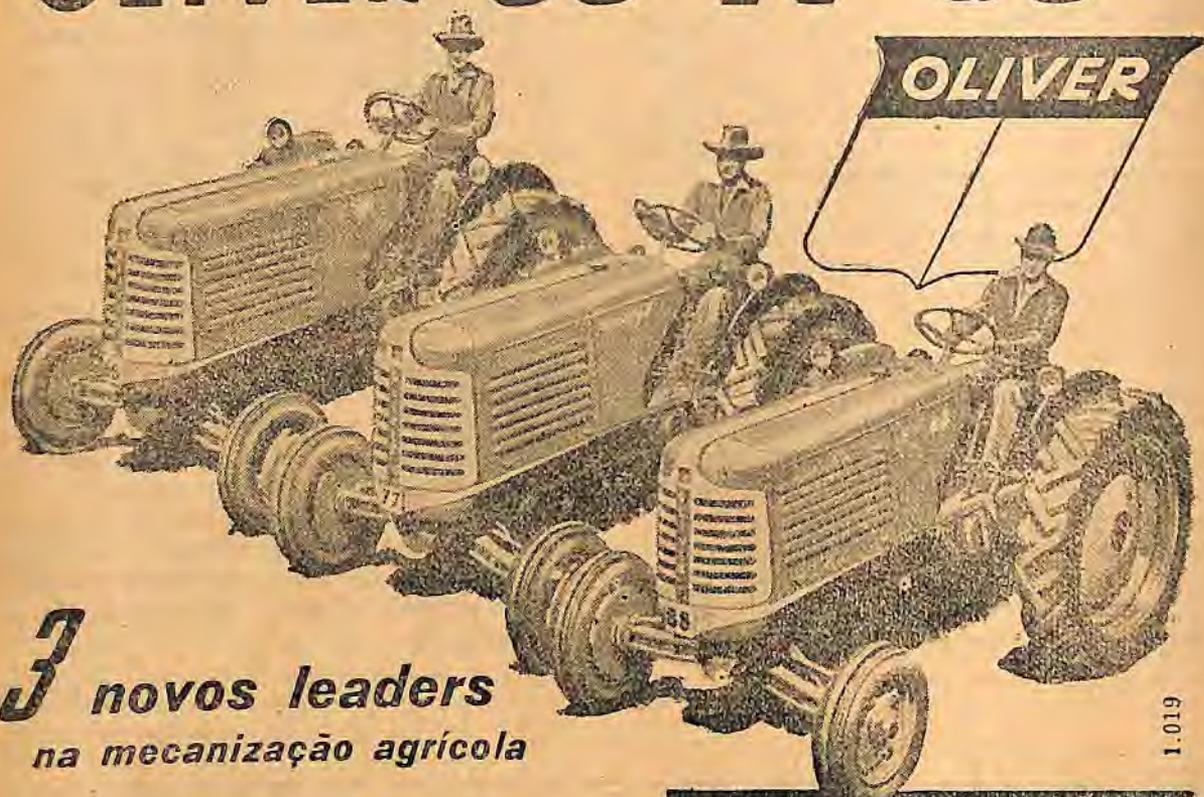
Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º

Telefone: 32-6163

Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

TRATORES DE RODAS OLIVER 66-77-88



3 novos leaders na mecanização agrícola

Um tamanho de trator, que corresponde perfeitamente às necessidades de sua propriedade, será encontrado entre os 3 novos membros da frota de tratores "OLIVER". Apesar das diferenças em potência, foi mantida uma perfeita identidade entre os 3 modelos, de forma a serem intercambiáveis o maior número possível de peças e equipamentos.

Os 3 modelos podem ser fornecidos nos tipos: "Row-Crop" com rodas dianteiras conjugadas; "High-Clearance", com eixo dianteiro de bitola ajustável; e no convencional tipo "Standard".

MESBLA

Departamento Agrícola

RIO DE JANEIRO R. Euclides da Veiga, 87	PORTO ALEGRE R. Del. Vicente, 854, M. Pereira
NITERÓI R. Vis. Rio Branco, 301	BELOHORIZONTE Pra. Cel. Pedroso, 174
SÃO PAULO Av. do Estado, 1972	RECIFE Rua da Palma, 207
BRLO HORIZONTE Rua Curitiba, 448	VITÓRIA Av. Vitória, 719

1.019



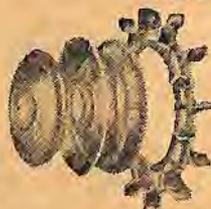
Tomada de força de acionamento direto

A tomada de força é diretamente acionada pelo motor, sendo equipada com embreagem independente e avanço de comando, não estando, portanto, a rotação da tomada de força sujeita a alterações devido aos acidentes do terreno e à velocidade do trator.

Seis velocidades avante



Fator da economia de combustível, os tratores "Oliver" com duas velocidades a ré e seis avante apresentam condições para qualquer espécie de serviço, sem que seja necessário, portanto, usar uma velocidade alta com o carburador fechado, ou vice-versa.



Rodas trazeiras intercambiáveis

Pneumáticos ou uma grande variedade de tipos de rodas de aço, satisfazem a todas as necessidades de tração e peso nas rodas. Rodas especiais para campos de arroz, para cultivo entre linhas também são disponíveis e intercambiáveis entre os 3 tratores, o que simplifica grandemente as linhas de fabricação e os estoques dos fornecedores.

TRIGO - PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS

KURT REPSOLD
Diretor técnico de "A Lavoura"

Notícias veiculadas pela imprensa desta Capital informam que numerosos plantadores de trigo no Rio Grande do Sul resolveram solicitar providências, ao Governo da República, no sentido de incentivar a industrialização desse cereal, nas proximidades das zonas de cultivo.

Tal fato é um índice seguro de que nossos tricultores atingiram um elevado grau de evolução, já se preocupando com aspectos econômicos ligados à sua produção.

Na realidade, a instalação de moinhos, em número suficiente, nas vizinhanças das regiões de plantio, traria numerosa vantagens, pois, além de evitar o deslocamento da produção para o litoral, com real economia de transporte, garantiria a sobrevivência da própria tricultura. E assim seria, porque, ao mesmo tempo que os moinhos do litoral, dificilmente poderiam concorrer com os do interior na moagem do trigo brasileiro, estes últimos, com exceção dos localizados na faixa fronteiriça, ficariam impossibilitados de competir com aqueles, na industrialização do trigo importado, desde que, ao mesmo tempo, fosse resolvida a unificação do preço do produto em todo o país.

Outra vantagem seria a da permanência dos sub-produtos do trigo nas zonas rurais, onde são indispensáveis para o desenvolvimento das criações.

Como possível resultante, ainda, dessa medida, e à proporção que fosse crescendo nossa produção de trigo e, conseqüentemente, reduzindo as necessidades de importação, verificar-se-ia a conveniência da mudança dos moinhos do litoral para o "hinterland".

Apesar de todos esses aspectos favoráveis, porém, não é lícito deixar de se examinar a questão, tendo em vista as demais fases em que se subdivide o problema do trigo, tanto mais quanto, embora deslocado dos centros de produção, nosso parque industrial tem capacidade suficiente para beneficiar, pelo menos por enquanto, todo o trigo brasileiro ou importado, necessário ao consumo do país.

Muito mais grave e premente do que este aspecto da questão é, sem dúvida, o que diz respeito ao armazenamento. Pode-se asseverar, sem receio de contestação, que a solução do problema do trigo brasileiro está, agora, na dependência da capacidade de armazenagem.

Se examinarmos, com cuidado, as razões que determinaram a falta de êxito das tentativas anteriores, ou melhor, se procurarmos os fatores que permitiram as manobras econômicas, levadas a efeito, no sentido de inutilizar as precedentes campanhas de fomento do trigo, vamos nos deparar com a mesma causa — a insuficiência de nossa rede de silos e armazéns. Atentando-se para o fato de não possuímos abrigo conveniente, sequer, para 40% de nossa produção tritícola, fácil é verificar que justamente aí reside o ponto crucial da questão.

Nas atuais circunstâncias, vê-se o produtor na contingência de ter que colocar o seu trigo, logo após a colheita, com a maior rapidez, sujeitando-se, para tanto, às imposições dos intermediários, que, às mais das vezes, alegam estar esgotada a capacidade de seus depósitos, a fim de justificar seu desinteresse e conseguir reduções de preço.

Há, também, a insuficiência dos meios de transporte, incapazes de realizar, com a regularidade e a rapidez necessárias, o escoamento das safras, o que tem dado azo a que muito trigo se tenha perdido no interior do país.

Fatos como esses, é que têm motivado a instabilidade de nossa produção de trigo, provocando descrença entre os lavradores, que só se animam a aumentar suas áreas cultivadas quando contam, como atualmente, com o amparo governamental.

Não se suponha, todavia, que este problema tenha surgido agora com o rápido aumento da produção, observado nos últimos quatro últimos anos. Ele é antigo e, pode-se afirmar, que abrange toda a nossa produção agrícola, cuja insegurança não tem sido afastada, nem mesmo, com a garantia de financiamento.

Vale evidenciar, ainda, que o aumento da possibilidade de armazenagem importa,

diretamente, no crescimento da capacidade da industrialização, vez que, permitindo o recebimento da matéria prima, parceladamente, dilata o período de moagem.

Já em 1942, diante do desenvolvimento que a produção de trigo vinha apresentando, sugerimos, em relatório oficial, a instalação de uma rede de silos e armazens, como medida garantidora da continuidade daquela evolução. Submetido êsse relatório à decisão superior, recebeu do então Sr. Presidente da República, o seguinte despacho: "Aprovado, devendo-se organizar um plano para execução gradual do serviço". Lastimavelmente, entretanto, nada foi feito, e, apesar dos quatro armazens ultimamente construídos no Rio Grande do Sul, a situação agravou-se muito mais, face ao grande crescimento da produção, que de então para cá, praticamente, duplicou.

Convém, ressaltar, por fim, que da instalação dessa rede de armazenamento depende, em boa parte, a eficiência de todas as demais medidas que visem dar sólido alicerce econômico à nossa triticultura.

Assim, sem dispormos de uma capacidade de armazenagem adequada e convenientemente distribuída, resultarão incompletas todas as providências que tenham por escopo :

- a) — garantir e fiscalizar o preço mínimo;
- b) — unificar o preço em todo o país;
- c) — organizar um esquema para a importação de forma a facilitar a colocação de nossas safras;
- d) — determinar e distribuir, quando necessário, cotas de moagem;
- e) — estabelecer uma taxa móvel sobre a importação; e
- f) — financiar a produção, diretamente ao lavrador.

Diante do que ficou exposto, parece-nos que a orientação mais acertada para prosseguimento da atual Campanha de Fomento do Trigo Brasileiro, deve ser: — PRIMEIRO ARMAZENS, DEPOIS MOINHOS.

TRISTE, MUITO TRISTE,

lamenta o camponez a sua sorte!



NÃO pode trabalhar, sente palpitações, canseira, dores e queimação na bôca do estomago. Não tem apetite e cada vez fica mais amarelo. Ele morrerá e passará sua doença á familia e aos vizinhos se alguma alma caridosa não lhe ensinar que ele sofre de Amarelão ou Opilação, molestia prontamente curavel com

ANKILOSTOMINA
FONTOURA

REMEDIO DE USO FACIL E DE EFEITO SEGURO



O Sombreamento em Restauração da Lavoura do Café

A comunicação feita pelo dr. Pedro Correia Neto, á Sociedade Rural Brasileira e que adiante publicamos, é um documento que merece o exame e a meditação dos que se preocupam do grande problema nacional, que é o de promover a restauração da lavoura cafeeira no Brasil. Seculo e meio de cultura a pleno sol, determinou a destruição de milhares de quilómetros quadrados de florestas, para o plantio de milhões e milhões de cafeeiros, no Estado do Rio, em S. Paulo, em Minas, no Espírito Santo e no Paraná.

A maior parte destas lavouras desaparecera, inteiramente ou então em vias de desaparecer.

Urge deter o completo aniquilamento de uma principal máquina de fazer dólar que é o maior contingente para exportação brasileira — o café.

Mas como faze-lo?

Para esta interrogação nós temos a resposta no método de Lavoura protegida por arvores, notamente leguminosas — que é hoje conhecido por sombreamento.

Adotado e indicado oficialmente pelo Cel. Macedo Soares, governador do Estado do Rio, tem sido assunto para debates apaixonados nos meios interessados. A Sociedade Nacional de Agricultura, em colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, promoveu, nesta capital, uma reunião de que participaram elementos destacados da técnica e da lavoura de S. Paulo, especializados na matéria. Esta memorável reunião, prestigiada com a presença do Presidente da República, deveria ser considerada como o ponto de partida para um grande movimento nacional em pról do sombreamento.

O autor do relatório que hoje publicamos é figura de alto prestígio das classes conservadoras de S. Paulo e para eles chamamos a particular atenção dos nossos leitores.

RESTAURAÇÃO DA LAVOURA CAFEIRA

Alarmado com a queda da produção de café no Estado de São Paulo, 50% me-

nos do que já produziu, tratei de investigar a causa desta derrocada. Penso estar vinculada ao sistema de cultura, a lavoura isolada que é instável e de vida efêmera enquanto na Colombia outros países, a produção de um cafetal é sempre a mesma, eternizando-o pela substituição de cafeeiros deficitários pela replanta, no nosso sistema isolado, as lavouras vão sendo abandonadas por improdutivas e transformadas em pastagens. As novas plantações entre nós não chegam a substituir as antigas desaparecidas, ao passo que na Colombia o número de cafeeiros está subindo, assim como a produção total. Nestes últimos 5 anos, a jugal pelo Anuário Estatístico da Superintendência dos Serviços do Café da Secretaria da Fazenda de São Paulo, o cafeeiro em São Paulo produziu uma média de 450 gramas por pé, na Colombia a produção foi de 500 gramas por pé, na Venezuela 530, em Cuba 510, Salvador 426; Honduras 428 gramas por pé de café.

Por área a produção do sombreamento estrangeiro é bem maior que a do nosso isolado, quasi o dobro, porque as nossas plantações são de 3,5 a 4 metros de distância, ao passo que nas republicas citadas são de 2,5 metros.

Como já existem aqui algumas experiências sobre o sombreamento, procurei verificar como êle se comporta. No Instituto Agrônomo de Campinas o digno diretor Dr. Mendes se dispôs gentilmente a me prestar todas as informações: Declarou-me, sem preambulos, fracassado o sombreamento principalmente por escasses de chuvas. Em Campinas o sombreamento foi feito conjuntamente com a cássia e o ingazeiro com sombra demaziada. A produção tem sido 50% a menos no sombreado. Agora estão tirando a cássia e deixando o ingazeiro. Penso que, não fosse a cássia, a safra do isolado e do sombreado teriam sido iguais, porque segundo me disse o Dr. Walter Lazarine, distinto agrônomo, diretor da Fazenda Experimentad de Ribeirão Preto, lá a produção do sombreado pelo ingazeiro e pelo isolado foi igual. Acho que si houvesse podado os ingazeiros, a produção do sombreado seria maior.

O insucesso foi completo no sombrea-

mento pela Cassia assim como de outras essências. Nem a tipuana, no começo tão promissôra, poderá competir com o ingazeiro, porque fornece pouca matéria orgânica para a humificação do solo. O ingazeiro mesmo que fosse um cocorrente do café, pela absorção de substância nutritivas necessárias ao seu desenvolvimento, restituiria com imensa vantagem este material, pela abundante folhagem que se desprende de seus galhos durante todo o ano. É tão grande a quantidade de folhas nos velhos sombreamentos que, quando em decomposição, exalam um odor característico, vulgarmente conhecido por bafo do sertão. Fóra da mata sómente senti o bafo do sertão em Caçapava na fazenda sambreada do notável agrônomo Joaquim de Barros Alcantara, pioneiro do sombreamento, No Estado de São Paulo. Nesta propriedade a quantidade de humus é tão grande que não há necessidade da carpa e o sólo está sempre molhado. Ahí a produção é de 1.200 gramas por pé de café e não existia a bróca quando infestava os cafezais isolados visinhos.

O Dr. Mendes, em suas informações foi sincero e franco, de fato, nas fazendas experimentais do govêrno o fracasso foi completo.

Generaliso a expressão porque asseverou-me o referido diretor que, o que eu visse em Ribeirão Preto observaria nas outras estações experimentais. Mesmo assim procurei Botucatú. No Lageado, fazendo experimental nesse município, o sombreamento foi experimentado em larga escala com inúmeras essências, tendo sido péssimo o resultado; o aspêto da lavoura, nos rincões onde ela ainda existe, é profundamente desolador. Todavia, há exceção: a lavoura sambreada pelo ingazeiro está resurgindo com vigôr digno de menção. A safra pendente é boa; seria o dobro si a sombra não fosse tão densa, ou si podassem 50% dos galhos dos ingazeiros, exceto nos logares onde a gomóse se encarregou deste serviço matando algumas destas arvores protetoras. Na mesma lavoura ao lado, conservada em pleno sol, a produção é nula. O estudo comparativo destas duas lavouras fronteiriças será prova exuberante do quanto é util o sombreamento pelo ingazeiro. Está portanto a fazenda do Lageado em condições de elucidar a questão; dirigida pelo competente agrônomo Dr. Izidro Gil; não é absoluto em sua opinião e aceita sugestões.

É preciso que assim seja tratando-se de assunto novo, visto como na Colombia e outros países cafeeiros, todas essas essências aqui fracassadas, são utilizadas com êxito. No café caturra o resurtado foi negativo porque a sombra é muito fechada.

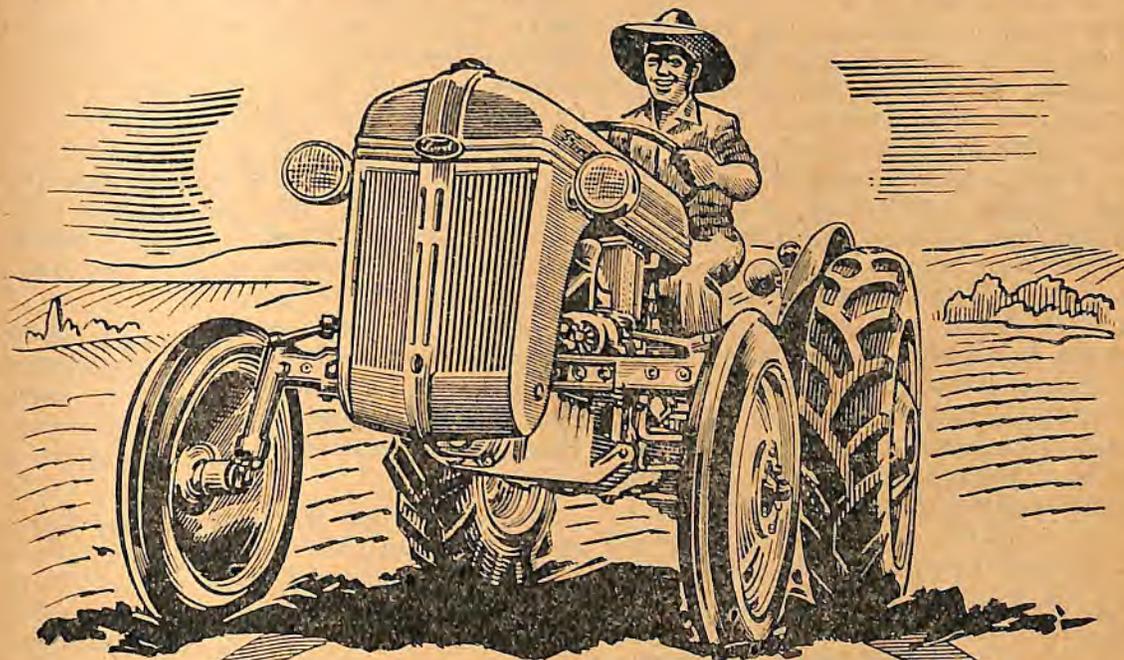
Sendo plantado a 2,5 metros a percentagem deve ser de um ingazeiro para 8 pés de café no começo, 16 e mesmo 20 mais tarde. Assevera o Dr. Theodoro Quartin Barbosa, importante fazendeiro da zona de Marília que, tal seja o tamanho do ingazeiro depois de 9 anos de sombreamento, basta 1 destas arvores para 16 e até mais cafeeiros bourbons comuns. É uma opinião que deve ser acatada e estudada porque possui 30 mil pés de café sambreado de 5 anos cuja produção é igual a do isolado. Afirmo que é bom negocio porque sabemos que o sombreado rende mais no beneficio, alcança melhor preço, sendo de mais futuro porque dura mais e a produção será maior quando o sólo for revestido pelas folhas do ingazeiro. Em sua fazenda há mais cem pés sambreados de 9 anos em ótimas condições; mas, acha que não servem de exemplo por ser pequena a quantidade. Decepcionado com o que vi na Fazenda Esperimental de Ribeirão Preto, bêm impressionado fiquei com a fazenda do Snr. Urbano Bomfim, situada num dos espigões mais elevados da zona de Ribeirão Preto, em Cravinhos.

Possue 56 mil pés de café dos quais 50 mil sambreados. Fazenda secular, uma das primeiras formadas na zona, era para ser cortada, pois, não produzia mais de 5 sacos por mil cafeeiros, quando o proprietário resolveu sombrear-la com ingazeiro para 4 pés de café. No fim de oito anos retirou a metade dos ingazeiros, ficando 1 para 8 cafeeiros. Disse-me o Snr. Bomfim que quasi todo ano precisa podar um pouco o ingazeiro para fornecer sombra nunca superior a 40%. Atualmente o sombreado produz uma mdiéa de 55 sacos por mil pés, enquanto o isolado que não foi sombreado por ser mais produtivo não fornece mais que 12 sacos por mil pés. É quanto colhem as fazendas isoladas visinhas.

Foram muito prejudicadas pela sêca reinante nos últimos tempos, ao passo

(*) — A cultura sambreada no nordeste brasileiro, notadamente na serra do Baturité (Ceará) é correntia e há muitos praticada com êxito. N. da R.

Mecanizando a Lavoura Brasileira



Trabalhando no Brasil

2000 TRATORES FORD

Menos de 2 anos são decorridos do lançamento dos tratores Ford no Brasil e já existem em trabalho 2.000 tratores!

O QUE SIGNIFICA ISTO? Isto significa que o Brasil caminha a passos largos para a tão necessária mecanização da lavoura. Isto significa aumento de produção e diminuição de custo; o que um trator faz num só dia muitos homens precisarão de muitos dias para fazer. Isto significa que os agricultores brasileiros compreendem o valor e a economia oferecidos pelos Tratores Ford.

Cônsua de sua responsabilidade na mecanização da lavoura, a Ford congratula-se com os agricultores do Brasil por mais essa etapa vencida na luta pela nossa emancipação econômica.

FORD MOTOR COMPANY EXPORTS, INC.



que o sombreado nada sofreu com a falta de chuvas.

O Snr. Bomfim, ardoroso adepto do sombreado está contente com a restauração da sua lavoura, tendo desaparecido até os caramujos, e ainda mais satisfeito ficou com o aumento de 20% no peso e melhor preço no mercado. Em Botucatu visitei a fazenda Bôa Esperança próxima ao Lageado, do Dr. João B. de Souza Aranha, muito bem administrada há trinta anos pelo Snr. José Pires de Campos. Possui 160 mil cafeeiros tendo sido cortados por deficientes 140 mil. Mais tarde de- porerem ter sido cortados mais 50 mil, porém resolveram adubar-los com adubo químico. Destes 50 mil, 11 mil plantados em terra mais fraca, nada melhoraram, continuaram definhados, sem produção. Estavam condenados ao corte quando resolveram sombrea-los pelo ingazeiro para experiência. Por erro, o sombreado foi feito há 9 anos a razão de 1 ingazeiro para 8 cafeeiros quando a regra é de 1 para 4, retirando a metade passados 8 anos. Durante este período de sombra não receberam nenhuma adubação, quando os que ficaram isolados porque se reabilitaram com a 1.^a adubação foram por diversas vezes adubados com palha, esterco de curral, torta e adubo químicos. Atualmente toda a lavoura apresenta ótimo aspêto com bôa carga. A sombreada vem de ano para ano melhorando a produção, promete bôa colheita, sendo a safra os 5500 pés igual a da lavoura vizinha, a dos outros 5.500 pés inferior em 20% à de 24 mil pés do café amarelo que variam sempre recebendo a citada adubação. No sombreado a erosão que era demasiada desapareceu tornando a terra uma verdadeira esponja. Localizado na parte mais alta da fazenda foi o que menos sentiu a seca do ano passado.

Disse-me o Snr. Pires de Campos que, na marcha em que vai, será brevemente das primeiras lavouras da fazenda, mesmo sem adubação; que não cortará mais nenhum cafesal, nos deficitários o machado será substituído pelo ingazeiro. Quando alguns agricultores já solucionaram o problema do sombreado na restauração dos cafesais velhos e nos plantados em terra cançada e que pode-se ter alguma esperança nas fazendas experimentais do govêno. As fazendas particulares que fizeram a sombra densa pelo ingazeiro ou que utilizaram outras, essências, abando-

naram o sombreado ou estão nas mesmas condições que as fazendas experimentais.

Os sombreados por várias essências observados nas estações experimentais deveriam ser abandonados para não causarem decepção e desânimo aos lavradores. Mesmo que fossem de ingazeiros não poderiam servir de provas porque a sombra é muito densa. Segundo o autor de um substancioso artigo publicado no número de outubro último da revista norte-americana, A Fazenda, sobre a cafeicultura na Indonesia, no sombreado demasiado ou quando a sombra é densa, a produção é pequena ou nula em qualquer zona cafeeira.

Quanto a curva de nível e adubação, imensamente favorecem à cafeicultura, são todavia, inferiores a ação do ingazeiro que torna o sólo humificado, absorvente, desaparecendo por completo a erosão.

Quem visitar a fazenda Bôa Esperança constata este fato e começa vê o ingazeiro uma arvore prodigiosa. Para terminar cito diversos fatos que são argumentos preciosos a favor do sombreado: A perenidade do cafeeiro. Por ocasião das secas frequentes entre nós resiste mais. Maturação igual, podendo a colheita fazer numa só vez ao ano por derrça; é neste ponto superior a Colombia onde são feitas 2 colheitas por ano a dedo porque há sempre café maduro e verde misturados. Por não haver excesso de chuvas os nossos cafeeiros são compactos, desenvolvendo-se bem, tanto para cima como para os lados, com o excesso de chuvas o que sucede na Colombia, Indonesia, etc., os galhos esgueiram-se para o céu procurando luz, havendo necessidade de podá-los. O café amadurecido ao mesmo tempo e ficando preso ao galho em vez de cair ao sólo, permite uma colheita absoluta, não ficando fruto algum na lavoura para manutenção da brôca. No beneficio rende mais 20%. No mercado tem preferência e encontra melhor preço. O cafeeiro isolado tem sido a causa dos desertos e das cidades mortas, o sombreado restitue a vida as cidades e devolve a fecundidade ao sólo, podendo ser aproveitadas as terras cançadas. Deixo de citar outras fazendas sombreadas no Estado de São Paulo, porque nelas o sombreado se comporta do mesmo modo que nas já citadas de Caçapava, Cravinhos e Botucatu.

Adubos e Corretivos no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção no Estado de Minas Gerais

Engenheiro-Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
 Da Diretoria Técnica da S. N. A.

Em viagem de estudos que tivemos oportunidade de realizar, em Fevereiro, no Estado de Minas Gerais, por determinação do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, observando o que no referido Estado vem sendo feito de acôrdo com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, tivemos oportunidade de encarar o problema dos adubos e corretivos.

Não se pode esperar a melhoria da produção agrícola sem o concurso da ciência agrônômica.

A adubação, e, igualmente, o problema da acidez dos solos, devem merecer, sem dúvida, a atenção dos responsáveis pelo fomento da produção.

De fato, sem corrigir o solo para que êle apresente uma acidez conveniente para a maioria das culturas, e sem proporcionar às plantas os alimentos de que elas necessitam para que possam desenvolver-se em condições satisfatórias, não se pode esperar o necessário aumento de produção, que não deve ficar, tão somente subordinado ao aumento da área cultivada, mas, sobretudo, ao maior rendimento por unidade de superfície.

Visitando os diversos Departamentos da Secretaria de Agricultura daquele Estado, tivemos a oportunidade de obter dados sobre os problemas do cálcio, do potássio e do fósforo, indispensáveis à agricultura mineira.

CÁLCIO

O problema do cálcio para a agricultura, em um Estado como Minas Gerais, em que a maior parte das terras possui pH inferior a 7, isto é, em que a maior parte dos terrenos são ácidos, é de relevante importância, pois a maior parte das culturas exige terrenos alcalinos, neutros, ou levemente ácidos.

Visando o aproveitamento das diversas ocorrências calcáreas existentes no Estado (formações calcáreas do Rio das Velhas,

do Rio São Francisco e inúmeras outras), tendo em vista o fornecimento do indispensável corretivo da acidez dos solos a baixo preço aos lavradores, vem o Govêrno do Estado de Minas Gerais:

a) — estudando, convenientemente, as jazidas calcáreas existentes que, em virtude da quantidade de suas reservas e da proximidade dos meios de transporte possam ser exploradas racionalmente;

b) — estudando a mais conveniente localização dos primeiros moinhos para o preparo do calcáreo destinado à calagem das terras.

De acôrdo com o Plano, serão instalados, inicialmente, moinhos localizados em Belo Horizonte, Zona da Mata, Triângulo Mineiro e no Nordeste, Sul e Norte do Estado.

Inicialmente já foram encomendados 25 moinhos que, instalados nos pontos mais aconselhados, possibilitarão, dentro do objetivo visado (baixo preço para que o calcáreo seja acessível ao lavrador), a indispensável correção da acidez dos solos mineiros, e, conseqüentemente o mais racional aproveitamento dos mesmos.

FÓSFORO

Não são poucas as terras do Estado de Minas Gerais que, cultivadas há longos anos, sem nenhuma adubação, mostram uma alarmante deficiência em fósforo.

Por outro lado, não é possível conseguir-se o aumento da produção sem que as terras estejam aptas para fornecerem às plantas os sais minerais que elas necessitam para que apresentem um desenvolvimento normal.

Quanto ao fósforo, tão indispensável para a agricultura mineira, em obediência às diretrizes do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção:

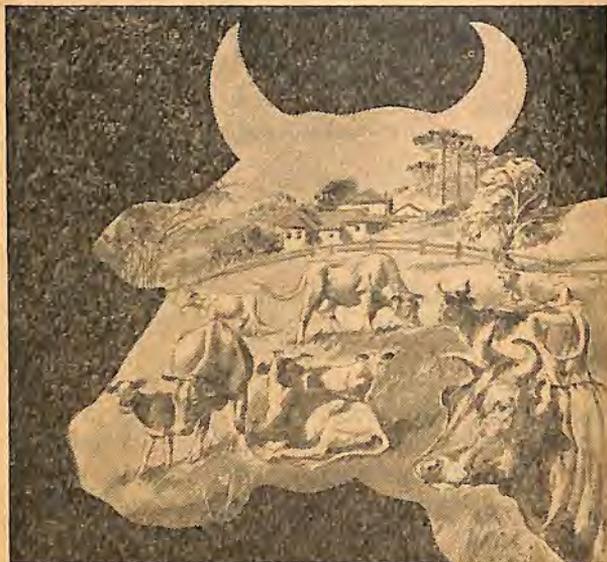
a) — foram feitos estudos das enormes jazidas de rochas fosfatadas situadas nos

Atenção, criadores e fazendeiros!

*Já está
à venda*

O "INSETICIDA ESSO "A" PARA GADO"

(Concentrado emulsionável de Canfeno Clorado)
50 % Toxafeno



Experimentado no Brasil pelo Ministerio da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto Biológico de São Paulo, Estancias Duvivier S/A., Fazenda Santa Clara — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Silvio de Andrade Bastos, Fazenda da Tabatinga — Ericeira — Estado de Minas Gerais, do Sr. Cel. Severino Junqueira, e Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. — Avenida Presidente Wilson, 164 — D. Federal.

O Inseticida Esso "A" Para Gado vem sendo recomendado somente para gado de corte, porque até hoje não se sabe se o seu uso é ou não perigoso, ou potencialmente perigoso, para gado leiteiro no periodo de lactação, ou para os consumidores dos produtos de gado leiteiro. Antes de recomendarmos o uso do

produto em gado leiteiro no periodo de lactação, estamos aguardando o resultado final dos estudos toxicológicos, atualmente em curso, que até hoje não deram nenhuma indicação de ser o Toxafeno absorvido em quantidades perigosas.

O Inseticida Esso "A" Para Gado está à disposição dos criadores brasileiros, em quantidades limitadas, devido às dificuldades de importação, para que possam manter os rebanhos completamente isentos de carrapatos e outros parasitas externos.

Ajudar a difundir o uso do Inseticida Esso "A" Para Gado em nosso país é contribuir para auxiliar a campanha de combate aos parasitas externos que vêm causando tanto prejuizo aos nossos rebanhos.



Peçam informações à

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Avenida Guararapes, 203
6.º andar
Caixa Postal 242
Recife — Est. de Pernambuco

Av. Presidente Vargas, 290
12.º andar
Caixa Postal 1.163
Distrito Federal

Rua Araújo, 224
Caixa Postal 36.B
São Paulo
Est. de São Paulo



arredores de Araxá, cujas reservas estão avaliadas em 90.000.000 de toneladas;

b) — está sendo ultimada a montagem de um forno elétrico na Cidade Industrial;

c) — serão, futuramente, instaladas duas grandes fábricas de adubo fosfatado.

De acôrdo com os estudos já feitos, pode-se conseguir:

a) — uma produção mínima de 100.000 toneladas anuais de concentrado de minério fosfatado;

b) — de duas toneladas de minério, uma tonelada de concentrado com 30 a 35% de P2O5.

A instalação prevista em Araxá exigirá um capital de vinte milhões de cruzeiros e terá capacidade para produzir 300 toneladas diárias de concentrado (tratará, por dia, 600 toneladas de minério).

POTÁSSIO

Quanto ao potássio, também indispen-

sável para nossas terras agrícolas, vem sendo feitas pesquisas sôbre os depósitos situados no Sul do Estado.

As rochas potássicas de Poços de Caldas parece que não poderão ser economicamente aproveitadas para a produção de adubo potássico para a agricultura, em virtude de fatores vários, como sejam:

a) — o fato das jazidas não serem contínuas;

b) — o baixo teor em potássio;

c) — a dificuldade do tratamento das rochas.

O assunto, entretanto, ainda está em estudos, e não se pode, desde já, tirar conclusões a respeito.

Ainda de acôrdo com o Plano, já foi adquirido um conjunto de máquinas destinadas à moagem do tufito de Patos de Minas que encerra, além de fósforo, potássio e cálcio, uma certa quantidade de elementos menores, que servem para a adubação, conforme experiências já realizadas.



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar, e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE
Caixa Postal, 2873 — SÃO PAULO

AGENTES COMERCIAIS:

ARTHUR VIANNA — CIA. MATERIAIS AGRÍCOLAS

RUA FLORÊNCIO DE ABREU, 270 — SÃO PAULO — AV. GRAÇA ARANHA, 226-2.º and.
— RIO DE JANEIRO. — AV. SANTOS DUMONT, 227 — BELO HORIZONTE

A Indústria Nacional de Lã

GERALDO VELLOSO NUNES VIEIRA
Da Federação das Associações Rurais
do Rio Grande do Sul

A indústria nacional de lã é indiscutivelmente um dos setores de maior importância da economia brasileira, não só pelo número de fábricas existentes como pelo volume

São Paulo
Rio Grande do Sul
Rio de Janeiro

14 fábricas com 125.700 fuzos — 78,5 %
6 " " 29.600 " — 18,5 %
6 " " 4.300 " — 3,0 %

TOTAL: 159.600

Segundo dados colhidos entre as referidas fábricas a quantidade de fuzos acima reefrida será elevada a 223.700, sendo 153.000 para fio cardado e 70.400 para fio penteado.

O consumo de lã desses estabelecimentos é estimado em 22.000 toneladas anualmente, que são fornecidas pelo Rio Grande do Sul na proporção de 80% e o restante pela Austrália, África do Sul, Argentina e Uruguay.

De um modo geral sabe-se que a maioria das fábricas consomem quasi que exclusivamente lã nacional havendo, entretanto, algumas fiações que se dedicam ao fabrico de fios de alta titulação e que necessitam importar lã Merina de alta qualidade — 64's a 70's — principalmente da Austrália e África do Sul.

Durante o período da última guerra com as dificuldades de importação de fio estrangeiro as fiações elevaram suas produções, trabalhando grande parte delas em três turnos para poderem, tanto quanto possível, suprirem as tecelagens.

A tendência natural das nossas fiações é produzirem fios de alta titulação que se destinam ao fabrico de panos de melhor classe e conseqüentemente de maior preço. Sendo alto o custo da mão de obra há toda a conveniência na produção de artigos de maior valor os quais no caso presente exigem matéria prima de grande qualidade, cuja produção nacional é ainda pequena em face do crescente consumo.

A maioria das fiações nacionais estão convenientemente aparelhadas para produzirem qualquer tipo de fio. A maquinaria atualmente usada denominada sistema Continental e Rings exigem grande unifor-

me de suas produção que acendem plenamente o consumo do país.

Atualmente existem no Brasil 23 fábricas de fiação e tecelagem de lã, assim distribuídas:

midade das fibras para a produção aproveitável e conveniente. As lãs menos finas, isto é, os tipos chamados Cruzas (de 56's até 48's) são mais indicados para o sistema de maquinaria Inglês e Fleyers.

A situação da indústria de fiação com referência à matéria prima é ainda de absoluta necessidade de importação de lã estrangeira de finura acima de 64's, devido a diminuta produção nacional dessa classe de lã, que alcança apenas a cerca de 3.000 toneladas ou seja 16% sobre o total da matéria prima riograndense.

Quasi toda a produção de fios de lã é destinada as tecelagens nacionais. A exportação de fios em 1947 foi apenas de 24 toneladas no valor de Cr\$ 4.387.000,00 e em 1948, 22 toneladas no valor de Cr\$ 844.000,00.

A situação das indústrias de fiação de lã é no momento bastante precária em face da crescente importação de fios estrangeiros e tecidos que são oferecidos à venda a preços inferiores ao custo desses artigos nacionais.

A importação de lã lavada, em tops, em fio e de tecidos que foi em 1944 de 838.856 atingiu em 1948 a 2.385.111 quilos no valor de Cr\$ 33.759.796,00.

Essa vultuosa importação que ameaça de forma alarmante a estabilidade da indústria nacional de lã se deve a dois fatores principais que são: 1.º — tarifas alfandegárias muito baixas; 2.º — a disparidade do valor do cruzeiro no mercado interno e externo.

Si compararmos as cifras de valores entre a importação e a exportação de lã, verificaremos que o Brasil dispendeu na importação desse textil na forma bruta e ma-

nufaturado a importância de Cr\$ 468.101.000,00 e exportou em idêntica forma apenas Cr\$ 105.753.000,00, havendo pois um déficit na balança comercial na ordem de Cr\$ 363.348.000,00.

Conclue-se portanto que além dos prejuízos de ordem econômica e social que essa vultuosa importação de lã ocasiona à indústria nacional, acresce ainda os reflexos de tal situação na balança comercial do país, permitindo uma evasão de ouro que em nenhuma hipótese se justifica, pois se trata de um setor da economia nacional cuja matéria prima existe no país e sua industrialização alcançou notável progresso em todos os sentidos.

Examinando-se o problema sob o aspecto técnico-econômico surge naturalmente a pergunta: Está a indústria nacional em condições de atender ao consumo do país de todos os tipos de fios e tecidos que nele são negociados.

Essa pergunta, naturalmente, pode ser interpretada de duas maneiras. Si por consumo nacional se entende o uso de tecidos de lã de média qualidade acessível ao poder aquisitivo de todas as classes sociais do país, teremos que forçosamente reconhecer que a indústria nacional está capacitada a atender plenamente as exigências do consumidor nacional. Si entretanto incluímos o consumo de tecidos de alta qualidade obtidos unicamente com fios de alta titulação, teremos que reconhecer que a sua produção é ainda diminuta pela falta de matéria prima nacional em condições satisfatórias.

O que está ocorrendo no momento porém não é a importação desses artigos que a indústria nacional ainda não está capacitada de produzir em quantidades satisfatórias. Ao contrário a concorrência estrangeira com fios e tecidos de qualidade idêntica ao que se produz no país, porém a preços abaixo do custo.

O extraordinário afluxo observado nas importações de fios e tecidos de lã tem contribuído para a situação de franca saturação em que se encontram os mercados nacionais, com os mais graves prejuízos para a produção, comercialização e industrialização da lã. Esses prejuízos também alcançam o próprio comércio de tecidos que já se vê a braços com situações financeiras verdadeiramente embaraçosas.

Urge, portanto, a adoção de medidas eficientes, capazes de resolver a situação

aflitiva da indústria e do comércio de lã e garantir a normalidade da produção e dos mercados nacionais para o futuro.

Diante da capacidade da indústria nacional de abastecer o país de tecidos de lã, seria de toda a conveniência o estabelecimento do limite de 50 toneladas anuais para a importação de tecidos de lã.

Com referência ao fio de lã parece-nos de todo aconselhável que se adotem as medidas propostas pelos Sindicatos de Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que atendem plenamente todos os interesses jogo:

1.º — Que só seja permitida a importação de fios de lã quando adquiridos diretamente por empresas que se dediquem a indústria de lã;

2.º — Que os pedidos de licença de importação de fios de lã sejam encaminhados à Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, por intermédio dos Sindicatos de Indústria de Fiação e Tecelagem da respectiva região, cumprindo a estes controlar as reais necessidades de consumo de cada fábrica, a semelhança do que ocorre, com êxito, com relação a exportação de fios de algodão.

E' indicustível a importância da tarifa aduaneira para a orientação econômica do país. Ao lado do suprimento de recurso para o herário público, tem a pauta alfandegária e elevada missão de estabelecer a sistematização da produção nacional.

Relativamente aos artigos de lã, em que as matérias primas estão submetidas a direitos superiores aos dos produtos manufaturados, a tarifa revela ausência completa de orientação técnica e provoca graves distúrbios na economia nacional.

A taxaçoão deve guardar sempre a devida proporção quanto aos valores das mercadorias tributadas.

AO Decreto-lei n.º 8.819 de 24-1-1946 revogou em parte os de números 7.367 de 8-3-1945 e 7.682 de 27-6-1945.

Em consequência dessas alterações as taxas dos artigos 133 e 136, isto é, lã bruta, lã lavada e lã preparada não foram alterados conservando-se como estavam, atingindo portanto o Decreto-Lei 8.819 unicamente o artigo 137, isto é, fio de lã já manufaturado e fio de lã em novelos (para crochet) que passou pela revogaçoão extranha e parcial dos referidos decretos

7.367 e 7.682, à pagar de acôrdo com o antigo Decreto-Lei n.º 2.872, de 18-12-1940.

DECRETO 8.819

Lã bruta	Cr\$ 2,80
Lã lavada (crua)	" 8,00
Lã preparada (crua) "tops"	" 15,00
Fio manufaturado (cru)	" 4,60
Fio de lã em novelos (crochet)	" 21,00

Evidencia-se pelo simples confronto das escalas acima que a tarifa em vigôr nem sequer guardou o indispensável escalonamento que deveria ser mantido tendo por base a tarifa incidente sôbre a lã bruta. Ao contrário do que deveria ser a finalidade da tarifa o Decreto-Lei n.º 8.819 favorece enormemente a entrada de fio de lã já manufaturado, pois paga menores direitos que a própria lã apenas preparada e lavada.

Si realmente houvesse interesse de defender a economia nacional através de taxas aduaneiras deveriam estas serem pro-

Lã bruta	US\$ 0,24
"Tops"	" 0,37
Fio	" 0,37
Tecido	" 0,50

Transportado que fosse para o nosso país idêntico critério deveria a nossa tarifa ser

VALOR AP

Lã bruta	Cr\$ 20,00	por kg.
Lavada	" 40,00	" "
"Tops"	" 90,00	" "
Fio	" 120,00	" "

CONCLUSÕES

1) A indústria nacional de lã constitui um dos setores de maior importância no parque industrial do Brasil, pelo seu aspeto econômico-social.

2) A tendência da indústria nacional de fiação e tecelagem de lã é aumentar a sua capacidade de produção, passando de . . . 159.600 fuzos para 223.700 no próximo ano de 1950.

3) A produção nacional de lã bruta atende apenas a 80% do consumo da indústria, sendo necessário a importação de matéria prima de alta finura acima de 64's para manufatura de fios de alta titulação acima de 56.

4) A grande maioria das fiações nacio-

Como consequência dessa inexplicável medida passou a tarifa em vigor a seguinte escala:

DECRETO 7.367

.	Cr\$ 2,80
.	" 8,00
.	" 15,00
.	" 20,00
.	" 43,00

porcionais aos valores das mercadorias a exemplo do que acontece na grande parte dos países que têm uma produção a defender da concorrência e dos "dumpings" estrangeiros.

Nos Estados Unidos da América do Norte cuja produção laneira pode ser comparada à do Brasil, pois está em condições semelhantes, dispondo de grande produção de lã e uma indústria nacional extraordinariamente desenvolvida, que ainda necessita importar mais de dois terços do seu consumo de matéria prima em estado bruto, as tarifas sôbre lã obedecem a seguinte escala:

0,24	por libra lavada	
0,37	" " mais 20%	ad valorem
0,37	" " " 35%	" "
0,50	" " " 60%	" "

a seguinte, tomando por base os valores médios:

ROXIMADO

Tarifa	Cr\$ 2,80
"	" 8,00 mais Cr\$ 8,00 ad-valorem
"	" 15,00 " " 31,50 "
"	" 20,00 " " 72,00 "

nais estão aparelhadas para produzirem qualquer tipo de fio, desde que disponham de matéria prima apropriada.

5) Toda a produção de fios é destinada ao consumo das tecelagens nacionais sendo exportado apenas pouco mais de 20 toneladas anualmente.

6) O maior entrave ao desenvolvimento da indústria nacional de lã reside na concorrência do produto estrangeiro, que é vendido no país a preços inferiores ao custo nas fábricas nacionais

7) As facilidades proporcionadas pela tarifa anti-protecionista que prevalece para a lã, acrescidas da disparidade do valor do cruzeiro no mercado interno e externo, ocasionam enorme deficit na balança comercial do Brasil e ameaçam de maneira

alarmante a estabilidade econômica da produção, do comércio e principalmente da indústria da lã .

8) Há necessidade urgente de se regulamentar a importação de fios e tecidos de lã, cabendo exclusivamente aos Sindicatos de Fiação e Tecelagem das diferentes regiões fabris, controlar as reais necessidades de consumo de cada fábrica.

9) A atual pauta aduaneira referente a tarifa de lã caracteriza-se pela falta de critério e de técnica tarifária, pois não guarda o devido escalonamento com relação ao valor dos diferentes artigos desse textil, resultando daí que ela favorece a entrada de produto manufaturado, com grave prejuizo para a defesa inadiável em defesa da industrialização de lã, e, condicionando essa importação a tipos de fios de alta titulação, isto é, acima de 56.

3.º — Que os pedidos de importação de fios e tecidos somente seja feito por intermédio dos Sindicatos de Indústria de Fiação e Tecelegem de cada região, cumprindo a estes controlar as necessidades de consumo de cada fábrica.

4.º — Revogar o Decreto-Lei n.º 8.819 revigorando o Decreto n.º 7.367 acrescido de taxas ad-volorem.



SEMENTES

Hortaliças, Flores, Florestais,
Leguminosas, Forrageiras, etc.
Alta selecção e germinação
comprovada

Ferramentas e Apetrechos
Polvilhadeiras — Insecticidas
Artigos Apícolas — Adubos
Livros Agrícolas, etc.

Peçam catálogo gratis

DIERBERGER AGRO
COMERCIAL LTDA.

RUA LIBERO BADARO', 499-501

Caixa postal 458

S. PAULO

Vacinas Manguinhos

CONTRA A PESTE DA MANQUEIRA

ANTICARBUNCULOSA (CARBÚNCULO HEMÁTICO)

CONTRA A DIARRÊIA DOS BEZERROS (PNEUMOENTERITE)

CONTRA A PNEUMO-ENTERITE DOS PORCOS

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

PEÇA AO SEU FORNECEDOR

CAIXA POSTAL, 1420 — RIO DE JANEIRO

Ferramentas, Implementos e instrumentos agrários (.)

ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

3.º Vice-presidente da Sociedade Nacional
de Agricultura

Examinando os debates havidos durante a audiência pública realizada para o estudo do ajuste comercial entre o Brasil e Grã-Bretanha, na parte referente aos artigos de CÚTELARIA, FERRAGENS, IMPLEMENTOS E INSTRUMENTOS, pedimos venia para fazer algumas considerações no interesse da agricultura e da indústria nacional.

ENXADAS

A nossa importação de enxadas nos anos de 1935 a 1949 manteve-se em ascensão nos primeiros três anos, baixou no quarto, caiu nos três anos seguintes, foi muito reduzida durante a guerra para, afinal, elevar-se nos três últimos anos com a agravante de preços muito mais altos que os do primeiro período e pouco mais baixou que os de importação alcançados durante a guerra.

Foram as seguintes nossas importações nos últimos quinze anos:

IMPORTAÇÃO

Ano	Quilos	Cr\$
1935	4.430.394	22.388.935,00
1936	5.620.795	26.990.568,00
1937	5.952.360	33.365.258,00
1938	3.571.119	20.540.000,00
1939	1.394.429	8.857.961,00
1940	1.094.150	7.174.027,00
1941	739.632	5.467.759,00
1942	172.921	1.377.849,00
1943	2.803	29.389,00
1944	24.010	272.155,00
1945	70.023	1.218.287,00
1946	745.482	9.242.889,00

(*) Parecer defendido em reunião da Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais.

Ano	Quilos	Cr\$
1947	1.490.079	22.596.351,00
1948	2.490.079	37.083.724,00
1949	2.995.082	46.642.835,00

Observa-se que, as importações de 1949 comparadas com as de 1947, correspondem em volume e valor a mais do dobro e, ao que conta, não foram limitadas ao artigo reputado de boa qualidade. De variadas marcas e procedências figuram, entre as enxadas importadas, tipos que não conseguiram, nos exames realizados por iniciativa do Ministério da Agricultura, dando favorável dentro das especificações estabelecidas como capezes de satisfazer as exigências do labores agrícolas.

Divergem, neste particular, consideravelmente, as opiniões, batendo-se uns pela proibição da importação, alguns no sentido de serem estabelecidas restrições e, outros, afinal, abertamente, pela liberdade de importação.

Proibir a importação é medida que não aten-

de aos interesses da agricultura (*) porém, pesando bem as consequências, não nos parece deva ela defender a importação indiscriminada, livre, que não tem concorrido, até agora, para a melhoria da distribuição nem para a baixa dos preços. Acreditamos estejam seguindo bom caminho os que opinam devam tais restrições ficar adstrita à qualidade do pelo estabelecimento de restrições, mas entendemos, artigo importado que, em nenhuma hipótese, deverá ser inferior, sob qualquer aspecto, ao melhor produto de fabricação nacional.

Não deseja a agricultura, que reconhece e aprecia a esforço da indústria, concorrer mesmo indiretamente, para o seu desestímulo e desorganização. Devemos nos lembrar que durante a guerra deu a indústria nacional muito mais do que esperavamos e aparelhou-se, com inegável esforço, para suprir deficiências do mercado interno, que, ainda agora, não obstante as crescentes importações realizadas, nos quatro últimos anos, sofre com a falta do artigo nos mercados do interior, seja em consequência da diminuição da capacidade aquisitiva dos compradores, seja por dificuldades opostas à distribuição. Não devemos esperar possam as repartições oficiais, que adquirirem o artigo para cessão, a preço de custo, a agricultores, atender aqueles residentes em localidades distantes e praticamente afastadas de sua área de alcance e influência efetiva.

No quinquênio 1945-49 elevou-se a produção nacional de enxadas dos tipos consumidos nas diferentes regiões do país a cerca de 20.762.548 unidades, assim distribuídas:

Ano	Número de peças (*)
1945	2.771.908
1946	3.170.781
1947	3.524.765
1948	4.367.730
1949	6.927.364

As fábricas nacionais de enxada, entretanto, segundo elementos divulgados (**) e confirmados em inquérito que acabamos de realizar, têm elevada capacidade de produção — superior a 7.000.000 de peças — como se vê pela seguinte relação:

Companhia Mecânica e Importadora de S. Paulo	3.000,00
Indústria Metalúrgica N. S. da Aparecida S/A.	1.200,00
Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita)	1.200,00
Fábrica de Artefatos de Aço Tupi Ltda.	1.200,00
Metalurgia New-Zor Ltda.	180,00
Industrial S. Sebastião Ltda.	120,00

(*) A importação estimulará a concorrência que evitará o desinteresse do fabricante nacional pela melhoria da qualidade e pela manutenção da uniformidade de sua marcas e, ainda, abusos na formação dos preços.

Fábrica de Itajubá (Exército)	129,00
Diversas (não incluída a "Usina Cagunga", em Recife, de instalação recente)	350,00

Segundo esclarecimentos que nos foram prestados por representantes das três primeiras empresas relacionadas não tem havido elevação do consumo de enxadas "que continua limitado entre 4.500.000 a 5.000.000 de peças por ano" o que, evidentemente, não é muito, é inferior à capacidade das fábricas e pouco maior que a média da produção

(4.152.509) no quinquênio 1945/49 (*) acrescida de quota anual de enxadas restauradas (300.000). Considerado o consumo médio anual de 5.000.000 de peças, a produção de 1949 acrescida das unidades restauradas e da importação do mesmo ano (6.927.364 + 300.000 + 2.604.419) somos levados a admitir a existência de elevado estoque no país e o excesso, a menos que seja, como acreditamos, muito maior o consumo, terá de influir no mercado e, naturalmente, no ritmo das importações.

Em referência à qualidade devemos considerar que são encontradas no mercado, de fabricação nacional, e, ainda, que as fábricas nacionais têm cuidada e de procedência estrangeira, boas e más sendo com interesse da melhoria do produto achando-se algumas delas, ao que estamos informados, aparelhadas para a fabricação do artigo que, com especificações precisas, venha a ser reclamado. Está provado pelos exames realizados em institutos oficiais de tecnologia, — institutos de cuja idoneidade não se pode duvidar —, a excelência de algumas marcas de enxadas nacionais e de procedência inglesa, mas, também, a existência no mercado de enxadas de fabricação nacional e de procedência estrangeira que não alcançaram, nos exames a que foram submetidos, satisfatória classificação.

Os tipos de enxada preferidos no país, por satisfazerem determinadas exigências un-se pelo hábito de sua utilização outros, devem merecer a atenção dos fabricantes e dos importadores, mas, em qualquer caso, se impõe pela qualidade, correspondendo às especificações estabelecidas para o artigo bom e como tal consideram os agricultores, nas respectivas zonas, aquele que resiste ao trabalho em suas terras e duram proporcionalmente mais tempo. Procedem as reclamações, os pedidos insistentes de importações, de zonas determinadas que não têm encontrado, nas enxadas utilizadas no trabalho de suas terras, a resistência e a durabilidade necessárias.

Não se pode por em dúvida e nem considerar como resultantes de juízos apressados o pronunciamento das associações rurais que, traduzindo a opinião de seus associados, batem-se, com insistência, pela liberdade de importação. Consideramos, porém, dever elementar advertir que a importação só por si, indiscriminada, não resolverá o problema, pois, entre as enxadas importadas, mesmo da Inglaterra, há marcas que não correspondem e não conseguem satisfatória classificação.

Devemos, portanto, importar somente o artigo de boa qualidade e que satisfaça aos requisitos de resistência e durabilidade no trabalho das terras a que se destinam.

(*) — Cálculo baseado no peso médio de 1150 grs. por peça.

(**) — A enxada na economia nacional — pgs. 7 e 8 do número 6 — fevereiro de 1950 — Vida Rural.

O mesmo critério poderá ser aplicado às enxadas de procedência alemã, uma vez que a importação de artigos de "cutelaria em geral, inclusive ferramentas agrícolas manuais" está subordinado, no ajuste comercial negociado, aos "tipos licenciáveis pela CEXIM".

FOICES E MACHADOS

Não suscitaram esses artigos interesse maior preteridos pela enxada. Apesar de utilizados, em menor escala, nos labores rurais, teriam provocado debates acalorados, fossem desfavoráveis as condições apresentadas pelos artigos de fabricação nacional. Mesmo assim concorrem, principalmente os machados de procedência estrangeira, importados, para o decréscimo da nossa atividade fabril, embora já se disponha no país, de instalações e aparelhamento apropriados à melhor fabricação.

CAVADEIRAS, ENXADAS E PICARETAS

Artigos utilizados em trabalhos rurais de natureza pesada a (bertura de buracos para esteios de cercas, valas, caminhos, etc. em terrenos endurecidos ou pedregosos) precisam satisfazer requisitos de resistência e durabilidade.

PÁS

As de utilização hortícola, principalmente, têm requisitos que os fabricantes ingleses atendem satisfatoriamente.

FACAS, FACÕES OU TERCADOS

Os tipos utilizados nas atividades agro-pecuárias, licenciáveis em dólares norte-americanos e francos suíços, poderiam ser vantajosamente fornecidos pela indústria nacional, sendo os de fabricação inglesa, geralmente, bem conceituados no meio rural brasileiro.

ALFANGES

As lâminas de fabricação nacional que temos experimentado deixam muito a desejar. Não afiam bem, amassam com facilidade e têm, geralmente, pequena duração.

CANIVETES E TESOURAS

Canivetes de enxertia e poda, assim como tesouras de poda e outras ferramentas hortícolas escasseiam no mercado os tipos mais desejados pelos floricultores, fruticultores, jardineiros e viveiristas.

CONCLUSÕES

Em face do exposto e tendo em vista os interesses da agricultura que, repetimos, aprecia e tem em grande conta os esforços da indústria que conseguiu, é inegável, grande progresso na fabricação de artigos indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural, notadamente de ferramentas, implementos e instrumentos agrários, há poucos anos de importação forçada, concordamos, em princípio, com a contra-proposta brasileira, opinando no sentido:

(*) — Cálculo baseado no peso médio de 1100 grs. por peça.

- a) — da importação de enxadas de fabricação inglesa, dentro do limite que venha a ser estabelecido, ficar subordinada a marcas cujos característicos se enquadrem em especificações aprovadas pelo Ministério da Agricultura e que assegurem, realmente, a boa qualidade do artigo;
- b) — da importação de foices, machados, cavadeiras manuais, enxadões, picaretas e pás, notadamente das destinadas à horticultura, e lâminas de alfange, ficar subordinada ao fator qualidade;
- c) — da inclusão na lista de artigos licenciáveis pela CEXIM de facas, facões ou terçados utilizados nas atividades agropecuárias e, bem assim, de canivetes de enxertia, tesouras de poda e outras ferramentas horticolas fabricadas na Grã-Bretanha e ser importadas dentro de limites estabelecidos.

A AGRICULTURA NO CENSO DE 1940

Foram recenseados, em 1940, 1.904.589 estabelecimentos agro-pecuários no território nacional. A área total dos mesmos somava a 197.720.247 hectares, dos quais apenas 18.835.430 eram ocupados pela lavoura. 88.141.733 hectares eram pastagens. 49.085.464 matas, 29.296.493 terras não aproveitadas e, finalmente, 12.361.127, terras improdutivas. Dos estabelecimentos recenseados, 590.322 dedicavam-se à agricultura; 1.133.846 à agro-pecuária e 115.347 apenas à pecuária.

Do total dos estabelecimentos, 1.530.482 eram

de propriedade individual, dos quais 1.410.850 de brasileiros natos; 23.968, de brasileiros naturalizados e 95.664, de estrangeiros. 226.428 estabelecimentos eram de propriedade em condomínio; 17.320, de propriedade de pessoas jurídicas; 100.080, pertenciam ao Governo e 30.279, de propriedade não declarada. A maior parte dos estabelecimentos era explorada pelos próprios proprietários; mas 178.375 o eram por administradores; 221.505, por arrendatários; 109.016, por ocupantes e 19.090 por outras pessoas de qualidades diversas ou não declaradas.

Quanto à área desses 1.904.589 estabelecimentos, o Censo Agrícola de 1940 apurou que 39.305 tinham menos de um hectare; 103.077, de um a dois hectares; 272.086, de dois a cinco; 240.089, de cinco a dez; 315.676, de dez a vinte; 455.057, de vinte a cinquenta; 204.705, de cinquenta a cem; 123.008, de cem a duzentos; de 89.332, de duzentos a quinhentos; 31.478, de quinhentos a mil; 18.932, de mil a dois mil e quinhentos; 5.390, de dois mil e quinhentos a cinco mil; 2.217, de cinco mil a dez mil; 1.236, de dez mil a cem mil, e, finalmente, apenas 37, com área superior a cem mil hectares. 2.964 estabelecimentos não tinham área declarada. Verifica-se, por conseguinte, que a percentagem que cabe aos estabelecimentos de grande superfície é pequena.

O valor total dos estabelecimentos recenseados em 1940, foi estimado em 34 bilhões, 879 milhões e 837 mil cruzeiros, sendo 19 bilhões, 897 milhões e 156 mil cruzeiros referentes às terras; 5 bilhões, 316 milhões e 139 mil cruzeiros aos prédios e construções e 8 bilhões, 94 milhões e 1152 mil cruzeiros aos animais.

Discos MAREMONT para ARADOS E GRADES

FABRICAÇÃO DE MAREMONT AUTOMOTIVE PRODUCTS INC — CHICAGO — U. S. A.



Máxima durabilidade sob as mais severas condições de serviço — Furo central redondo ou duplo quadrado podendo o mesmo disco ser adaptado a eixos de diferentes diâmetros. — Todos os tipos e tamaños.

PREÇOS ESPECIAIS PARA REVENDADORES E FABRICANTES — SOLICITEM INFORMAÇÕES

Distribuidores exclusivos para todo o BRASIL:

Companhia Americana de Intercâmbio (Brasil)

CADIB

AVENIDA RIO BRANCO, 311-5.º andar

Telefone: 22-2147

Rio de Janeiro

RUA JAVARI, 468

Telefone: 9-7019

São Paulo

Cooperativismo, Crédito Agrícola e Colonização

Esclarecimentos e Considerações

FÁBIO LUZ FILHO

Presidente do Centro Nacional
de Estudos Cooperativos

O CRÉDITO COMO SERVIÇO SOCIAL NO MÉXICO

O crédito agrícola é em certos países encarado como um serviço social, tal como a instrução, o saneamento, etc., ou como um serviço público, dos quais se afasta a idéia de lucro. Esse o critério mexicano ao instituir o crédito oficial aos "ejidatários".

Sem, entretanto, chegar aos empréstimos gratuitos, (**Aristóteles, Proudhon** com seu "direito econômico"), as garantias e os juros para empréstimos "de avio" e outros, têm eles mais um caráter educativo, de vez que as cooperativas locais (que reúnem milhares de "ejidatários") são controladas e assessoradas pelo Banco Nacional de Crédito Agrícola, de âmbito nacional, até quanto ao processo de comercialização dos produtos agrícolas. Tem função tutelar. Estabelece armazéns de depósitos junto às cooperativas.

Os indígenas, que formam 50% da população mexicana, preferem manter a tradição do "ejido", pequena propriedade ou comunidade. (Ver "**Teoria e prática das sociedades cooperativas**", do autor).

O sistema agrário constitucional mexicano admite a **média e a pequena propriedade rural**, pelo gradativo fracionamento dos latifúndios, proibidas às sociedades anônimas e instituições bancárias a aquisição de terras. Criou-se o "Homestead" (patrimônio de família), inspiração da legislação norte-americana.

O cultivo coletivo da terra, substituindo a exploração parcelária das "ejidos", encontra óbices, entre outros, no baixo nível cultural do indígena e sua índole suspeitosa em numerosas regiões mexicanas.

A reforma agrária mexicana visou à criação de uma classe média rural alicerçada na pequena propriedade, que está sendo consolidada pelo crédito agrícola fácil, barato e, sobretudo, educativo.

Os "ejidatários" integram 40% dos parlamentos mexicanos.

O Banco Nacional de Crédito Agrícola parte do princípio de que o numerário que o agricultor pode pedir depende de sua capacidade de administração e da produtividade que consiga com o dinheiro que recebe para a operação desejada; o prazo de amortização do empréstimo deve estar em relação com os fins do mesmo, na conformidade do rendimento da inversão, que, por sua vez, está na dependência da rapidez de circulação do capital. O juro deve corresponder ao preço do dinheiro no mercado, acrescido dos riscos e custos de cada caso particular. As garantias não podem enquadrar-se na rigidez do crédito territorial.

FUNDOS COMUNS E GARANTIAS

Nos países de avançada civilização agrícola, há, até, para efeitos de crédito agrícola, a criação de fundos comuns de garantia de depósitos organizados pelas sociedades cooperativas, que seguem o mesmo modelo de estatutos, o que oferece segurança sólida aos depositantes, como na Letônia e na França, onde a organização do crédito agrícola é basicamente cooperativa, repousando na autonomia das cooperativas, encarregado o estabelecimento Central (Caisse Nationale de Crédit Agricole) de pôr à disposição das cooperativas o numerário necessário aos empréstimos agrícolas na medida em que seus recursos próprios sejam insuficientes, ou não possam ser empregados em operações de médio ou longo prazo.

Para os empréstimos de prazo curto, as garantias, correntes em todos os países que têm a verdadeira noção do crédito agrícola, são depósitos de títulos, uma caução, um **warrant**, as colheitas pendentes, um compromisso de garantia de produtos colhidos.

"A caução ou garantia solidária de reembolso, — subscrita por terceira pessoa reputada solvável, é a recomendável tôdas as vezes em que fôr possível.

"Poder-se-á aconselhar a formação de pequenos grupos de agricultores que se dêem reciprocamente caução solidária perante as instituições de crédito agrícola". (Tardy).

Esta modalidade prevaleceu na quase totalidade das verdadeiras cooperativas de crédito do Brasil, cheias de bom senso e com raízes nas nossas condições de meio, desde as prósperas caixas rurais do Rio Grande do Sul, até às caixas e cooperativas de crédito de responsabilidade limitada do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, entre outras. A Central das Cooperativas de crédito da Paraíba assinala em seu balanço o predomínio dos descontos e contas-correntes garantidas ou descoberto, e empréstimos sôbre promissórias, como as caixas do Rio Grande do Sul, de vez que a Central controlada, assessora e fiscaliza as suas filiações.

As caixas rurais do Rio Grande do Sul realizam verdadeiros "créditos de aquisição", que favorecem a colonização.

"O *warrant* agrícola pode ser utilizado onde o grau de evolução dos agricultores fôr suficiente", porquanto a falta de posse do penhor será um risco para o prestamista se essa condição não existir.

"O *warrant* comercial é possível com a existência de armazéns gerais. Se os agrupamentos cooperativos tais como silos, atafonas, estufas e cantinas dispuserem de locais nos quais possam ser armazenados os produtos que servem de garantia, facilitarão as operações de prazo curto, que nos Estados Unidos vão de 9 meses a três anos sôbre bilhetes de mercadoria e conhecimentos de produtos não deterioráveis "empréstimos de movimentação de capital".

"Notadamente para o financiamento de colheitas, a *warrantagem* coletiva oferece maior segurança para o prestamista".

"A cessão das colheitas pendentes constitui de alguma sorte uma forma de *warrantagem*, de vez que o penhor fica na posse do que pede o empréstimo. É comum nas colônias francesas. A soma adiantada não ultrapassará certa fração (no geral um terço do valor provável da colheita), feito o empréstimo com certa antecedência (no geral 4 meses) sôbre a safra.

E há compromisso prévio escrito de parte do agricultor.

A LOCALIZAÇÃO DO CRÉDITO E PRAZOS

Louis Tardy, diretor da Caisse Nationale de Crédit Agricole, da França, é conside-

rado uma das maiores autoridades mundiais nêsse assunto. Frisou êle mais que as cooperativas locais de crédito devem reunir-se em sociedades regionais, estas como guias e caixas de compensação e desconto.

Essas sociedades em cada país formarão um organismo central com participação estatal, central de compensação e de desconto, coordenadora e disciplinadora das atividades das associações cooperativas regionais e locais e controladora de seu funcionamento.

O crédito será adaptado ao rendimento médio e à capacidade de reembolso das explorações agrícolas.

O crédito agrícola, afirma êle, para preencher papel útil, deverá:

1.º — Ser concedido para um prazo suficientemente longo e que esteja em relação com a operação que se tenha de facilitar.

2.º — Ser consentido a uma taxa de juros pouco elevada;

3.º — Ser cercado de garantias suficientes a fim de se evitarem os abusos de crédito; mas, não deve ser obrigatoriamente um crédito real, e poderá revestir, quando necessário, a forma de um crédito pessoal, tendo em conta, sobretudo, o valor moral e profissional do tomador; é o crédito moral;

4.º — Ser adaptado ao rendimento médio e à capacidade de reembolso das explorações agrícolas, notadamente nos períodos de crise;

5.º — Ser praticado por instituições cujas dirigentes tenham recebido formação especial e possuam conhecimentos comprovados no domínio bancário.

Deverão as associações possuir recursos que possibilitam os empréstimos escalonados por um longo período, quando necessário, dentro do critério básico de distribuir os prazos em consonância com a divisão tripartida do capital agrícola; *circulante*, *mobiliário* (morto ou vivo) ou de *exercício*, e *territorial*.

O crédito pessoal só se concebe quando o organismo financiado fôr local, isto é, situado "à porta do agricultor", o que constitui o critério cooperativo generalizado no mundo. Uma resenha que fizéssemos dos sistemas de crédito agrícola em numerosos países, isso poria em nítido relêvo.

Já se disse que a *localização* do crédito traz o conhecimento direto das qualidades morais e profissionais do agricultor e do valor produtivo de suas explorações agrí-

colas, o que o torna mais justo, barato, simples e útil, fundamentado na confiança e no conhecimento recíprocos.

O crédito agrícola cooperativo preenche esses requisitos cardiais.

Os economistas italianos afirmam que deve revestir o caráter de **crédito controlado**.

Isso sempre preconizámos no Ministério da Agricultura, desde 1926, início da reação oficial contra o falso cooperativismo no Brasil, e em livros sucessivos.

CRÉDITO COLETIVO

O **crédito coletivo** é o feito às cooperativas como pessoas jurídicas.

Para este caso, a exigência da hipoteca em geral ou é feita quando se trata da aquisição de imóveis ou quando a cooperativa já os possui, ficando os associados solidariamente responsáveis pelo reembolso. São os empréstimos no geral representados por títulos com prazos renováveis. Esses efeitos são garantidos por avais dos proprietários ou associados ou pela produção que possua o prestatário.

Podem mesmo ser aceitas garantias da firma ou assinatura dos presidentes das cooperativas, lídima fórmula de crédito pessoal, meio eficaz considerado com o melhor ajustado às condições e necessidades do agricultor, pelo lado moral e pelo ângulo da simplicidade do mecanismo.

É comum também ser proporcionado o crédito ao capital social, ou a algumas vezes o capital realizado e às reservas das cooperativas.

Entretanto, não estão excluídas garantias como a caução pessoal de um ou vários fiadores olváveis, associados ou não, efeitos de comércio, títulos oficiais, objetos de valor e bens mobiliários, **warrants**, hipotecas e penhor. Questão de prazos e natureza de garantias.

CRÉDITO DE COLONIZAÇÃO NA ARGENTINA

A Argentina possui "créditos de aquisição" que são créditos de colonização.

É sabido com que zelo sempre tratou ela dos dois problemas básicos para sua economia rural: a colonização e o crédito.

O Banco de la Nación Argentina, o Banco Hipotecário Nacional, entre outros, orientam uma sadia política agrária.

Para aumento da colheita do ano de

1947, por exemplo, o Banco de la Nación Argentina criou empréstimos especiais de fomento nas zonas agrícolas destinados a cobrir as despesas com a semeadura e a aquisição de sementes de trigo, linho, cevada, aveia e centeio.

Os empréstimos eram feitos sobre a firma do agricultor a juros de 4% anuais, crédito, pois, pessoal.

E não só o governo federal tem essa preocupação; os principais também. O Banco Provincial de Santa Fé foi autorizado pelo governo da Província a conceder empréstimos a agricultores, criadores e cooperativas agrícolas e pastoris. Estes empréstimos terão garantias hipotecárias de primeiro grau e por prazos maiores de dez anos, destinados a adjudicação de imóveis rurais prepostos à exploração agrícola e pastoril ou a tambos (granjas pastoris), e para o cancelamento de dívidas provenientes de saldos de compras de imóveis rurais em exploração.

São condições destes empréstimos: que os impetrantes sejam agricultores que explorem diretamente suas propriedades ou que as arrendem para explorá-las da mesma forma; que as cooperativas funcionem na conformidade da lei orgânica argentina; declaração de valor produtivo das terras que explorem a adequada organização; que os títulos de domínio sejam perfeitos.

O Banco não aceitará pedidos de empréstimos destinados a cancelar gravames constituídos a favor do Banco Hipotecário Nacional, do Banco de la Nación Argentina (Seção de Crédito Agrário), do Banco Provincial de Santa Fé (Seção de Crédito Hipotecário), cujos prazos sejam superiores aos dos créditos concedidos pela lei de que tratamos.

Não podem os empréstimos autorizados por esta última lei exceder de 50.000 pesos por pessoa. As cooperativas poderão ter empréstimos até 100.000 pesos. O Banco fixará periodicamente os juros das operações previstas nessa lei, tendo sempre em consideração o estado das explorações rurais, o destino e o prazo dos empréstimos.

Tôdas as operações desse gênero estão isentas dos tributos fiscais. O Banco poderá exigir a qualquer momento garantias supletórias ou pagamento antecipado de crédito concedido, caso fique comprovada uma diminuição da garantia ou o não cumprimento dos requisitos exigidos pela lei.

O Banco Provincial de Santa Fé realizará as vendas das terras que adquirir para

defesa de seus créditos ou em consequência de execução de hipotecas, em parcelas adequadas para cada cultura, produção e zona, em superfícies suficientes para o trabalho de uma família, facilitando o pagamento em um prazo mínimo de dez anos, ou por meio de empréstimos especiais da Seção de Crédito Hipotecário.

O Banco regulamentará os empréstimos, dando-lhes o necessário limite, assim como baixará as instruções ou resoluções gerais que considere convenientes para assegurar o exato cumprimento da lei.

COLONIZAÇÃO COOPERATIVA NA COLÔMBIA

Em face dessa questão do crédito, é preciso ainda considerar que a Colômbia acaba de destinar à colonização cooperativa 50.000 hectares de terras excelentes localizadas nos contrafortes da Sierra Nevada, em Carocolito. Os colonos recebem instrumentos agrícolas, equipamento mecânico, sementes, animais de tração, produtos farmacêuticos, tudo obedecendo a um plano em que se inclui a assistência médico-sanitária, o crédito e a organização cooperativa.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA
CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART
DA SILVEIRA
Consultor-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO

Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115-6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245

Rio de Janeiro

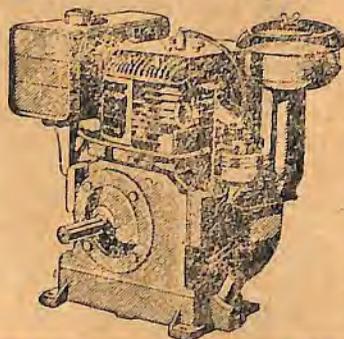
Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

PARA BEM SERVIR COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

BORGHOFF S. A.

Rio de Janeiro - Rua Riachuelo, 243 - Fone 42-3720 - C. P. 619
São Paulo - Av. Gal. O. da Silveira, 63 - Fone 51-6980
Telegramas - "Borgmagneto" - Rio ou S. Paulo

O MOTOR IDEAL para o acionamento de geradores, compressores, picadeiras de cana, bombas, etc. A gasolina-1 cilindro-4 tempos
MODELOS DE 0 8 HP A 7 HP em ALTA E BAIXA ROTAÇÃO.



• Leve, porém robusto. Simples de instalar, pois é refrigerado a ar. Durável e econômico. Partida instantânea e manejo muito simples. Oferecido também sob a forma de
GRUPOS GERADORES e
MOTO-POMBAS.

Oficina especializadas e estoque de sobressalentes.

Representamos outros motores e grupos-geradores para qualquer potência.

A NOSSA AGRICULTURA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Evoluiu a nossa nacionalidade e com ela terá que evoluir a nossa agricultura.

Historiar-se a vida de um povo é historiar-se a sua agricultura. Bastante complexa, refletindo o refinamento social e o esplendor de uma civilização, absurda é a suposição de se querer vê-la rutilar entre uma nacionalidade em organização, que sofre o caldeamento de diversas raças e está disseminada por uma imensa extensão territorial. Produto de mera irreflexão é a concepção, a miúde formulada, que já eramos para possuir processos altamente racionais de cultivar o solo, quando, gradativamente, vamos realizando nossas conquistas sociais.

Os grandes esforços da intelectualidade humana, há muito acumulados, só pelos últimos anos do século XIX, com os progressos da ciência experimental, lograram armazenar a soma de elementos precisos para clarear de uma nova aurora o vasto campo da agronomia. Vemos conquistas científicas longamente obtidas pelo espírito humano — no que êle de mais excepcional pôde alcançar até hoje — aliam-se (ciências físicas, químicas, naturais, matemáticas e econômicas) projetando luz nova e vivificadora nos domínios da agronomia. De outra parte, observamos a feição complicadíssima que assume o problema agrônomo em todo o mundo, pelo seu caráter social e principalmente econômico, interessando diretamente os destinos dos povos. A pouco e pouco, vamos obtendo novas conquistas de civilização, trazendo o progredimento da agronomia. Lembremo-nos, todavia, que se tornou preciso acumular uma bagagem prática, vencer várias etapas, antes que lográssemos atingir a situação atual.

Palavras de uma profunda verdade prática e de grande compreensão da diretriz a seguirmos foram as proferidas pelo meu grande e saudoso mestre Dr. Dias Martins: **"A ciência tem o mesmo valor em toda a parte, mas o seu auxílio ao trabalho do homem varia com o povo de cada país."**

Em sulcos indelévels, como marcos milenários, aí está o trabalho pertinaz de muitas gerações, representando o estudo do meio para a adaptação científica.

A agricultura, preocupando-se com as produções animal e vegetal, na exploração econômica para criar numerário, terá forçosamente que considerar a luta entre a plástica vital e o meio.

A ciência passou a utilizar-se, com os recentes progressos, da experimentação e da observação, como meios de estudo.

A obra incomparável construída pela ciência no século XIX, produzindo benefícios de ordem material, também os trouxe de natureza moral. Não é mais justificável descreer-se, para o futuro, dos seus avanços, que, sempre cintilando, vão abrindo novas luzes ao entendimento humano, no meio em que habita. Pensar o contrário, é preciso dizê-lo, redundaria na descrença contra a qual está a própria evidência dos fatos.

Foi a ciência que, penetrando pelo domínio da relação, rasgou o véu que tornava impenetráveis múltiplos fenômenos, entregues hoje ao conhecimento geral. O franco advento da ciência, apoiando-se na experimentação e na observação, testemunhamos ao assinalar de uma era das maiores prosperidades em todo o mundo. Quebram-se, enfim, os grilhões de muitas tiranias materiais e mesmo morais, tornadas incompatíveis.

A inteligência do homem vai-se clareando, robustecendo com os novos elementos adquiridos, percorre séculos quase de completas trevas, para receber forte jato de luz com a Renascença e terminar com a grande epopéia de glórias e conquistas que foi o século XIX. Pode dizer-se que o espírito humano caiu no domínio de si mesmo. Assistimos, dessa época para cá, à expansão franca da inteligência humana, com a série de todos os benefícios, cuja lógica consequência seria temeridade prever. Não foi uma evolução, mas uma verdadeira revolução.

Eis-nos, finalmente, no século XX. Tem-se o progresso extraordinário de toda vida social.

A agricultura entra numa nova fase, de completo remodelamento, dando-se o mesmo com o comércio e com a indústria. **A miséria desaparece donde fôra impossível até então.** O homem recorre à inteligência e à reflexão para criar civilizações de um esplendor incomparável, dando origem à vida social em toda a sua plenitude.

A agronomia, como fôra de imaginar, vê rasgarem-se novos horizontes para os seus destinos, com o desenvolvimento das ciências naturais, físico-químicas, matemáticas e econômicas. As indústrias sentem-se com um bafejo excepcional, o aparecimento da bacteriologia dá um lugar especial à higiene e à alimentação; o comércio amplia-se extraordinariamente — a humanidade entra numa fase de luz.

Ora, era evidente: havia a necessidade e tornou-se preciso que evoluíssemos social e moralmente, antecipando qualquer movimento para acompanhá-la. Faz-se mister saber que as condições sociais superam, e muito, às vezes, as condições naturais. Não são baldadas as tentativas e improficuos os esforços, que ltrapassam a capacidade de entendimento de um povo? E' urgente criarmos, pela instrução primária difundida e pela educação profissional, o ambiente social em que há de viver e desenvolver-se a nossa agricultura.

Hoje, é lógico admitir-se, com vencido, em parte, o período do **desbravamento**, assinalado na história do progresso do País, com acontecimentos épicos como as bandeiras paulistas.



Impõe-se-nos trabalhar com denodo pela formação do ambiente social que, à medida que se fôr ampliando, fará também crescer o valor moral do nosso povo e expandirem-se todas as suas atividades.

Como agir na emergência em que nos achamos? Logo ao primeiro golpe de vista prescritador, pela comunhão de agricultores, que fortemente coopera para a nossa grandezza, distinguimos: uma geração criada nos antigos métodos e outra que surge em horizontes inteiramente mudados.

E' claramente impossível a uniformidade

de orientação. Aqui, como em todo o critério de orientação, principalmente agrícola, revestindo-se sempre de grande complexidade, se impõe o exame prévio, mediante a aplicação de um plano seguro, modificável tão somente no decurso de larga experimentação.

Não se pode prescindir, em agricultura, quer pelo lado social, quer econômico e técnico, da observação e da experimentação.

Os deslumbramentos excepcionais da indústria no século XIX, denominado o século da grande indústria, colocou ainda mais em relevo o papel da agricultura na vida econômica dos povos.

Fundamental à vida da humanidade, pois a sua função máxima é produzir o alimento, não perdeu a agricultura em importância, constituiu-se em uma difícil indústria, caracterizando-se mesmo como a primeira, tanto na ordem científica e social. Os progressos extraordinários da ciência no século passado, trazendo a revolução técnica da agricultura, determinou a sua completa industrialização. Aplica-se-lhe o lema básico da indústria: produzir com o mínimo de despesas gerais e com o mínimo de despesas de produção. As indústrias manufatureiras, pela aparência de melhor remuneração ao trabalho e pelos atrativos especiais dos centros onde se acham, ocasionaram o êxodo dos campos, o desalojamento de capitais e economias. Tal sintoma já se revelou francamente entre nós, cumprindo evitá-lo, dando à agricultura todos os recursos, deixando-a emular condignamente com as outras atividades, prodiaglizando conforto e independência aos que a ela se dedicam.

A indústria, qualquer que seja, exige: matéria prima, máquinas, força motora, capital e crédito. Na agricultura, a matéria prima é a semente; a força motora — os instrumentos e máquinas agrícolas; a máquina é a terra e, finalmente, o capital e o crédito são mais indispensáveis à agricultura que a muitas indústrias.

E' preciso, entretanto, distinguir-se: a agricultura cria, mas não transforma como a indústria. Prendendo-a à vida da humanidade, por condição biológica, ela interessa essa mesma vida em muitas outras modalidades. Dizem com acerto os economistas: **"Não há boa situação econômica, sem boa situação agrícola."**

A pobreza e a indigência são conseqüências do atraso ou estiolamento da agricultura: pois, não é dela que nos vem a ali-

mentação, a vida para o comércio e a quase totalidade da matéria prima para a indústria? Recordemo-nos que nela encontra ocupação, pelo menos, 3/4 da população operária do mundo: "Quando a agricultura sofre, as fontes de produção se exaurem, enfraquece o comércio e a paralisia ataca a indústria, cessa o trabalho, e a miséria que pesa sobre a indústria mãe se estende, como uma vasta lepra, sobre todo o corpo social."

Profundas verdades!

Já no mundo se operava a grande revolução científica que devia intensificar o trabalho agrícola, transformando a sua técnica, quando nos escasseavam os elementos de produção, num ambiente pouco desenvolvido moral e materialmente, experimentando ainda sensíveis evoluções sociais. Não se pode conter o orgulho pela nossa raça, quando tudo isso se examina, vendo-a triunfar para vir a conceder-nos no campo econômico os louros a que faz jus um povo que se tem revelado forte, num país de riquezas incomparáveis e inexploradas.

Podemos dizer que, até aqui, nos mantemos, graças a alguns produtos tropicais, lá riqueza de dons naturais do nosso País, e, em parte, por ter-se realizado o movimento reformador da técnica agrícola nos últimos anos do século passado.

Preparando-nos para o combate econômico do século pela organização agrícola, comercial e industrial; atraindo o elemento colonizador e localizando-o à medida que o meio social fôr sendo preparado; fazendo com que tenham marcha consentânea com a evolução intelectual da nossa época, atingiremos ao apogeu da nossa nacionalidade.

A agricultura européia esteve presa às minas de salitre do Chile: cuidemos com esmero, portanto, da **conservação da fertilidade do nosso solo**, que muito diretamente se prende aos nossos destinos. A população estará sempre em ligação direta com a proporção dos alimentos do solo, que contribuem para a produção vegetal e mineral, sendo esta produção a fonte de todos os valores que o homem emprega nas necessidades da vida. Dizia Adam Smith, o criador da economia política: A população de um país não depende do número de homens que pode vestir e conter, mas do que pode nutrir.

As grandes aspirações nacionais, os grandes surtos em prol do soerguimento in-

tellectual, de todo progresso material enfim, todos os justos ideais de um povo forte, viril, não passarão de simples manifestações insatisfeitas, enquanto a independência do nosso estômago constituir um problema. . .

O Brasil, não deve **nem pode ser uma nação industrial**, antes que seja país de **agricultura próspera e organizada**. Da agricultura é que deverão vir capitais e braços para a indústria. Parece-me a mim, que, neste particular, nos vamos precipitando, sem criar os alicerces básicos de nossa verdadeira evolução econômica.

Agitam-se em todo o mundo as questões econômicas, que empolgam e dominam não só os governos como tôdas as atividades. Pois bem; as crises econômicas não resultam senão da diminuição da produção e da diminuição do valor dos produtos. Discerne-se sem esforço, qual a função da agricultura. . . O lema fundamental que temos a seguir será: produzir muito e barato. As reformas econômicas deverão visar não só auxiliar a produção, como o escoamento e o consumo dos valores.

Como indústria criadora de numerário, por excelência, a agricultura foi e tem sido a formadora da riqueza entre os povos, desde os primórdios da humanidade. Devemos evitar sempre a depreciação da produção, regularizando a grande lei econômica da oferta e da procura, empregando esforços pelo estabelecimento de boas estatísticas **agrícolas** e comerciais. Se não fôr utopia, será pelo menos absurdo, querer-se governar sem estatística.

Como cuidaremos com critério da expansão econômica? Sem o conhecimento exato da produção e consumo dos gêneros, não estaremos às cegas, sujeitos a tôdas as especulações? Imagine-se, agora, o agricultor que quiser dirigir sua propriedade sem uma boa contabilidade. Fatalmente trará de sucumbir na primeira emergência séria, que se lhe oferecer.

Numa empresa agrícola qualquer, para obter-se o máximo proveito com o mínimo de dispêndios, faz-se mister conhecer tôdas as influências susceptíveis de agir sobre a produção agrícola; ainda mais: o valor dos produtos, isto é, a situação do mercado. Finalmente em toda a atividade, o progresso dependerá da aquisição de idéias criteriosas, cuja aplicação tenha por consequência imediata a economia no emprêgo das forças necessárias à produção (trabalho e capital).

Têm-nos faltado autonomia e vigor, econômica e moralmente falando. Ignoramos a capacidade produtiva do nosso solo e o custo da produção. Ainda mais: o que **produzimos e o que consumimos**. Falta-nos resolver quase todos os problemas de economia política e rural, entregues ainda o caso e ao obscurantismo.

Dia a dia, felizmente, caminha nossa agricultura, despertada da letargia em que se achava, passando a formar em primeiro plano entre as nossas cogitações de povo soberano e cômico dos seus deveres.

Em agricultura, importa saber, para que sejam uma garantia para a comunhão, principalmente entre os povos cujos interesses mais vitais se prendem à produção agrícola, não só os agentes que sobre ela atuam, como também sobre a circulação e o consumo dos produtos, evitando-se crises e situações bem angustiosas. Está evidente que a ação do agricultor isolado e mesmo associado não tem o vigor preciso para o encaminhamento e manutenção da vida econômica do país, desenhando-se também o papel do legislador e do administrador. Uma verdade, entretanto, não deverá apagar-se do nosso pensamento: a melhor combinação se reconhecerá sempre por este simples caráter: "O máximo de iniciativa particular e o mínimo de intervenção governamental". O Governo, como é de sua função, procurará defender e regularizar a vida coletiva, para que a iniciativa particular possa desenvolver-se. Nos países democráticos principalmente, em que o Estado não deve ser mais que a imagem da opinião do povo, cumprindo-lhe executar, é justo que o agricultor a ele faça chegar o eco de suas necessidades, associando-se em defesa dos seus interesses. "Uma população — diz Stuart Mill, que não tem o hábito de obrar espontaneamente no interesse coletivo, que espera do seu governo ordens, ou uma direção em todas as questões de interesse público, que aguarda o impulso do governo para tudo que não é negócio do hábito e da rotina, não goza senão da metade de suas felicidades: sua educação é defeituosa num dos ramos mais importantes." O agricultor não pode, por contingência de vida e como fator social preponderante, viver isoladamente, — sendo esta uma das bases fundamentais para a prosperidade da agricultura. A verdadeira associação consistirá na união dos pequenos, dos humildes, daqueles que por si

sós nada podem, solidarizando-se no trabalho, na competência, no capital, nas responsabilidades — erguendo o nível moral e a situação econômica. A classe agrícola, mais que qualquer outra, tem a imperiosa necessidade de quebrar o individualismo que reina no seu seio. Diz, com muita precisão, o ilustre agrônomo Dumond: "A prosperidade da agricultura está intimamente ligada a uma poderosa organização da classe rural." O agricultor, quando associado, fala Meline: "Il oblige tout le monde a competer avec lui, ou lieu d'être le prisonnier de tout le monde." Devo dizer bem alto: a não ser em condições muito seguras de remuneração, mediante crédito razoável, preço mínimo remunerador e bem organizado mutualismo, cooperativismo em todas as modalidades, seguridade de consumo, instrução técnica, facilidades do transporte, organização do trabalho agrícola para tornar maior e mais econômica a produção, a completa garantia da propriedade, por boa legislação rural, o povoamento pela colonização estrangeira e nacional, achar-se-á a nossa agricultura e, portanto, a vida econômica do País presa às mais angustiosas oscilações, trazendo em iminência de fracasso os destinos daqueles que a eles se dedicam. A instrução primária e profissional fortemente difundida formará o ambiente social necessário ao desenvolvimento da agricultura.

Por patriotismo e verdadeira culto aos destinos da nossa grande Pátria, nossos homens de administração, como todos os brasileiros, devem consagrar o mais acrisolado amor à **causa do progresso da nossa agricultura**.



PEÇAM O

PEQUENO MANUAL DO CRIADOR

do Médico - Veterinário
DR. JORGE VAITSMAN

Cr\$ 25,00, pelo reembolso postal

Caixa Postal 3328

R I O

Histórico do Algodão no Ceará

J. PROTASIO BOGÉA

A planta do algodão aqui já foi encontrada pelo luso, na época da colonização deste Estado, em forma nativa ou agricultada pelo autóctone, desde que grande parte dos artefatos domésticos, como rês de dormir e de pescar, era fabricada com o fio dessa "malvácea".

Aliás, neste particular, os cronistas dos primeiros séculos do descobrimento são acordes em relatar trabalhos de fiação e tecelagem com esta fibra, na civilização pre-colombiana.

O escritor e político cearense, Ildefonso Albano, conta que, em 1600, os índios negociavam algodão com os piratas que velejavam pela costa cearense.

A mesma afirmativa fez o capitão-mór, Martim Soares Moreno, que aqui esteve com Pêro Coelho, durante três anos.

Segundo o dr. Tomaz Pompeu de Souza Brasil, nos tempos coloniais, o cultivo do algodão provavelmente "se limitava às necessidades de consumo doméstico, sendo certo que para a exportação só podiam concorrer as exíguas quantidades plantadas na litoral, pela dificuldade de transporte, carência de estradas, fretes custosos, defeitos de descaroçamento, etc."

O sargento-mór, Antônio José Moreira, que foi o verdadeiro fundador da lavoura algodoeira do Ceará, em viagem de comércio, em 1777 à serra da Uruburetama, viu pés de algodoeiro junto às moradias de Francisco Cunha Linhares e Januário de Albuquerque, verificando ser de excelente qualidade. Dizemos ter sido o mesmo o precursor do fomento dessa fibra, em virtude de ter animado a êstes e outros moradores, neste ramo de atividades e ter financiado a cultura e ensinado o trabalho de beneficiamento e enfardamento.

Em 1877, a zona da "Uruburetama" produziu 78 arrobas; no ano seguinte ascendeu para 234 e, no fim do século XVIII, a produção já era de 5.000 arrobas de pluma.

Isto fez com que outras regiões, como Fortaleza e Aracati, entrassem na porfia da produção e, no princípio do século XIX, a exportação fôsse de 30 a 40 mil arrobas de algodão em pluma.

Durante o período em que o Ceará esteve ligado a Pernambuco, isto é, até a expedição do Decreto de 17 de janeiro de 1799, o algodão aqui produzido era exportado pelo porto de Recife. Esse produto, conforme atestados da época, era muito cotado nos mercados europeus, onde ganhara a reputação de primeira qualidade, "devido à finura, fortaleza, comprimento e brilho de suas fibras".

A guerra de "Sucessão Americana" possibilitou ao Ceará produzir 1.135.650 quilos, em 1863. Em 1866 foram vendidos, em Fortaleza, 2.066.072 quilos, por Cr\$ 26,00 a arroba, em pluma. De 1867 a 1870 exportaram-se 22.765.214 quilos.

Finda a luta, a concorrência americana fez baixa a nossa produção.

Quanto à exportação, devem ser lembrados os esforços de Barba Alardo, na Administração do qual tivemos os primeiros embarques diretos para a Inglaterra, tendo sido de 165.525 quilos a primeira exportação para aquele porto, verificada no ano de 1810. Em 1813 a exportação havia quasi duplicado: — 306.144 quilos e, em 1814, mostrava, ainda, marcha ascendente: — 351.895 quilos.

O Senador Pompeu, no seu "Ensaio Estatístico", diz ser a cultura do algodão a mais antiga e, de todas, a mais importante e florescente.

O cidadão suíço Ravy, que se demorou no Ceará 4 anos, assegurou que "o seu solo e clima são favorabilíssimos à cultura do algodão". "Penso", dizia o mesmo senhor, "ser de grande importância para o futuro dessa Província atender seriamente aos meios de melhorar o plantio do algodão". Salientava, ademais, o prejuízo anual de milhares de contos ocasionado pelo empirismo do sistema de cultura empregado.

Comunicava Barba Alardo, referindo-se ao distrito da então Vila de Sobral (1814): — "em consequência das suas ricas serras (Uruburetama e Meruoca) que produzem preciosos algodões, a sua lã poderá vir a ser ainda algum dia importante ramo de comércio". "Eu mandei", prossegue, "para essa Côrte, ao Con-

de de Linhares, uma amostra que causou bastante admiração e, igualmente os ingleses o fizeram, igualando-o ao de Bigonha; porém não pude continuar as minhas tentativas, que iam sendo felizes, em consequência do meu despacho para Mato Grosso".

Quanto a moléstias, parece ser de 1848 a notícia da primeira de vulto, aparecida em princípios de 1800, como se depreende das palavras do presidente Fausto de Aguiar, no seu relatório à Assembléia Provincial, em 15 de julho de 1848:

— "O algodão, cuja cultura esteve algum tempo abandonada por causa do môfo, que a perseguia, já continua a ser lavrado com vantagem." Este "môfo" seria a "antraquinosis"?

A primeira máquina de descarregar, de "serras", foi introduzida pelo Governo Provincial e confiada ao importante fazendeiro de serra de Maranguape, Inácio Pinto de Almeida e Castro. Data de 1849 a introdução daquele descarregador.

Até então, era todo o algodão cearense beneficiado em descarregador de "rôlo", baseada a sua construção na antiquada "churca" indiana.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Programa da solenidade de encerramento do ano letivo e terminação dos Cursos de Hortelão, Fruticultor e Floricultor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" a realizar-se em 23 de Novembro de 1950, às 16,00 horas.

1.ª PARTE — ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO

- 1.º — Abertura da sessão pelo Dr. Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Diretor da Escola.
- 2.º — Relatório das atividades da Escola em 1950, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, Vice-Diretor.
- 3.º — Entrega de prêmios aos alunos.

2.ª PARTE — TERMINAÇÃO DOS CURSOS

- 1.º — Leitura do termo de colação de grau pelo decano da Congregação, Professor Geraldo Goulart da Silveira.
- 2.º — Discurso do orador da turma, diplomando José Antonio Simões Lopes.
- 3.º — Discurso do paraninfo da turma, Dr. Cinéas Lima Guimarães.
- 4.º — Palavras do Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola.

CRIADORES

Prefiram os produtos veterinários
RAUL LEITE. São todos de eficiência
comprovada e segurança absoluta.



VAGINAS, TÔNICOS, VERMÍFUGOS.
PRODUTOS PARA TÔDAS AS
DOENÇAS E PARA TÔDAS AS
ESPÉCIES ANIMAIS



Na febre Aftosa — KUKROS E CO-
LOIDO-CÁLCIO.

Para banheiros carrapaticidas —
GAVIÃO.

Nas bicheiras e bernas — CRESOS.

Nas verminoses — FENOTIAZINA
— FENOLFTALEINA.

Nas frieiras — FRIEIROL.

Nas intoxicações — VITOS.



Peçam folhetos e preços aos repre-
sentantes nos Estados ou aos

Laboratorios
Raul Leite S. A.

RUA LEOPOLDINO BASTOS, 130
★
RIO DE JANEIRO

I CONFERENCIA NACIONAL DE FEBRE AFTOSA

O PLANO NACIONAL DE COMBATE A AFTOSA

A I Conferência Nacional de Febre Aftosa, que se reuniu nesta Capital, com a participação de veterinários procedentes de todas as regiões do Brasil, encerrou seu trabalho aprovando vasto plano de combate à zoonose que tão graves danos causa à economia do país.

Sobre esse plano o Dr. Cid de Holanda Tavora, Diretor do Instituto de Biologia Animal, prestou à imprensa as seguintes declarações:

"Os resultados obtidos na Primeira Conferência de Febre Aftosa — declarou-nos o Dr. Cid Tavora — avantajaram-se às previsões mais otimistas. Um notável espírito de equipe e um entusiasmo que já mais presenciei em outros congressos de que participei deram como fruto maior o plano de envergadura nacional destinado ao desencadeamento da luta contra o mal que há tantos anos vem acarretando elevadíssimos prejuízos aos nossos homens do campo.

O Plano afirmou-o sem constrangimento é excelente. Os que o elaboraram têm os conhecimentos e a experiência que o problema sempre exigiu num país como o nosso, que vem pagando pesado tributo à zoonose, onus esses que as estatísticas da Divisão de Defesa Sanitária Animal calcularam serem superiores a 400 milhões de cruzeiros anuais.

De um modo geral o plano atende a todos os aspectos de combate à aftosa, incluindo a questão do crédito especial necessário, sem a obtenção do qual nada se poderá fazer com a amplitude que se almeja. Confiamos, entretanto que esta última parte encontrará apoio decidido e urgente de nossas altas autoridades responsáveis, desde que já o Ministro Novaes Filho, obedecendo ao programa da presidência da República, manifestou sua firme decisão de iniciar em todo o país a tarefa do extermínio da aftosa.

O plano aprovado pela Conferência recomenda com suas providências preliminares a organização de uma Comissão Executiva Central os membros que a deverão compor e de Comissões Executivas Estaduais, subordinadas à primeira e trabalhando em conjunto.

A Comissão Executiva Central compete em resumo máximo, fixar o Plano de acordo com as recomendações agora aprovadas e superintender a fiscalizar todas as medidas necessárias à sua execução.

Foram considerados os seguintes elementos básicos necessários à execução do Plano e Combate a

Febre Aftosa: produção de vacina e soro em larga escala; medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária; investigações e aperfeiçoamentos técnicos; documentação e divulgação e recursos financeiros. Cada capítulo desses tem as suas medidas discriminadas.

Em relação à produção de vacinas e soro em larga escala, o Plano prevê a obtenção de vírus, sua conservação, técnica e preparo, método de elaboração de vacina, preparo e controle do hidróxido de alumínio, recomenda vacina mono e bivalentes, trata das dosagens, vias de inoculação e duração da imunidade conservação, transporte e prazo de validade da vacina, técnicas de tipificação, o preparo de soro anaftoso, a instalação dos laboratórios e locais e inoculação.

No que concerne às medidas gerais de profilaxia e polícia sanitária, recomendou, entre outros pontos, atualizar e ampliar se for o caso a legislação em vigor referente ao trânsito de animais e seus produtos, feiras e exposições e a inspeção sanitária dos matadouros, a vacinação do gado em trânsito internacional, etc.

No capítulo dedicado à investigação e aperfeiçoamento técnicos, o Plano prevê a criação imediata de uma Seção de Febre Aftosa no Instituto de Biologia Animal, com quadro de pessoal próprio, além do levantamento epizootológico dos vários tipos de vírus ocorrentes em todo o país, de manutenção de cursos periódicos sobre febre aftosa e instituição de um prêmio anual para trabalho brasileiro de investigação que traga real contribuição ao melhor conhecimento da moléstia. Determina um estudo mais acurado da vacina trivalente, tendo em vista insucessos verificados na prática.

Para a execução do Plano de Combate, finalmente, a Conferência considerou de imperiosa necessidade que o Departamento Nacional da Produção Animal obtenha, com a máxima brevidade, dos poderes competentes o crédito inicial de 50 milhões de cruzeiros, com urgência, de aplicação de três anos e que o referido crédito seja especial e obedea às normas existentes para a rotatividade das rendas auferidas.

Estamos assim em condições técnicas de desencadear a luta em todo o país contra a aftosa. Restam-nos apenas os recursos necessários a fim de que possamos proteger definitivamente e com urgência uma das maiores riquezas do país. Não poderia haver notícia mais grata aos criadores de todo o Brasil".

Noticiário da Escola de Horticultura Wencesláu Bello

NOVOS CURSOS PRÁTICOS:

Tiveram início, em Setembro, na Escola de Horticultura Wencesláu Bello, mais oito Cursos Práticos da série de naquele estabelecimento vem realizando a Fundação Getúlio Vargas. Os novos cursos são os seguintes: Apicultura, Reflorestamento, Botâ-

nica Agrícola, Zoologia Agrícola, Cultura de Raízes e Tubérculos Hortícolas, Multiplicação Vegetal, Cálculos e Medidas Agrárias e Contabilidade Agrícola.

III Semana do Fazendeiro da Universidade Rural

A Escola de Horticultura Wencesláu Bello esteve representada na III Semana do Fazendeiro da Uni-

versidade Rural pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que foi membro da Comissão Executiva do referido certame e ministrou aulas sobre "Obtenção de mudas de fruteiras".

Atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon

Continuam muito promissoras as atividades do Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. Durante a realização, na Escola, da III Semana do Hortelão, no período de 3 a 9 de Julho, o Professor Geraldo Goulart da Silveira, Diretor do Clube, teve oportunidade de prestar contas das atividades do referido Clube, em sessão presidida pelo Dr. William Simão, chefe da Secção de Clubes Agrícolas Escolares do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Homenagem ao Dr. Arruda Câmara

Por ocasião do aniversário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, prestaram os professores e

alunos da Escola uma expressiva e justa homenagem ao Dr. Antonio de Arruda que com tanto carinho e idealismo vem dirigindo o modelar estabelecimento de ensino mantido na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Matricula nos Cursos Práticos

Elevou-se a mais de duzentos, o número de matrículas nos Cursos Práticos ministrados na E. H. W. B. pela F. G. V. no período de Julho a Setembro do corrente ano.

III Semana do Agricultor

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello esteve representada na III Semana do Agricultor da Escola Agritécnica de Barbacena, pertencente à rede de estabelecimentos da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira que, especialmente convidado, ministrou aulas de "Fruticultura", aos numerosos fazendeiros que ali compareceram.

Combate às "Moscas da Laranja"

JALMIREZ GOMES
Eng.º Agrônomo

Os nossos lavradores, principalmente das regiões citricolas, são sempre alarmados com o surto das moscas das frutas, que em determinadas épocas do ano, aparecem com intensidade, destruindo grande parte das safras de laranja e de outras fruteiras cultivadas, como pessegueiros, goiabeiras, etc.

Várias são as moscas que atacam frutas, sendo entretanto de maior frequência e prejudiciais às duas espécies conhecidas por "Mosca amarela" e "Mosca do Mediterrâneo".

As frutas são infestadas quando estão na época do amadurecer. As fêmeas desses insetos, ao atacá-las, fazem uma perfuração na casca onde depositam os ovos. Destes, saem então as larvas que se dirigem para a polpa de que se alimentam, ocasionando portanto, o seu apodrecimento.

Quando completam o crescimento, essas larvas abandonam os frutos em que se criaram, enterram-se no solo, transformando-se em pupa de onde saem mais tarde as moscas adultas.

No início, as "frutas bichadas" apresentam um descoloramento da casca em redor pontos onde as moscas introduziram os ovos. Mais tarde, com o desenvolvimento das larvas e destruição da polpa, aparece na casca uma área amolecida com um orifício central, por onde as larvas deixam as frutas, quando estas não caem ao sólo.

Contra as moscas de frutas em geral, são aconselhadas as seguintes medidas de combate:

1 — *Colheita das frutas bichadas* — É uma operação trabalhosa, uma vez que é indispensável proceder-se, perioricamente, à catação de todas as frutas caídas ao solo ou ainda das que estiverem nas árvores com sinais de bichadas. Estas devem ser enterradas a certa profundidade, ou submetidas a processos ou tratamento com inseticidas que matem as larvas e as moscas que se criem. Esta medida não sendo feita com regularidade, da margem a que muitas vezes sejam colhidas e destruídas frutas que já foram abandonadas pela maioria das larvas que nelas existiam.

2 — *Aplicação de frascos caça-moscas* — Consiste no uso de frascos de vidros, contendo uma solu-

ção atraente para as moscas, e que, pendurados às árvores, são uniformemente espalhadas no pomar.

As soluções mais usadas são as seguintes: 1 parte de caldo de laranja e 3 partes de água; 1 parte de caldo de goiaba e 4 partes de água; 100 gramas de farelo e um litro d'água; ou então 50 grs. de farinha de carne em um litro d'água. Qualquer desses fórmulas deve se rempregada 24 horas depois de preparada e substituída nos frascos caça-mosca de 7 em 7 dias.

A eficiência desta medida é relativa, não devendo ser adotada como meio exclusivo de combate às moscas de frutas, muito embora estes frascos permitam colher um grande número desses insetos.

3 — *Colheita cedo* — Sempre que possível, esta prática deve ser adotada, como meio de prevenir, principalmente no Distrito Federal e Estado do Rio, as grandes infestações das laranjas que são deixadas para colheita tardia (de setembro em diante).

4 — *Tratamento do pomar* — Com inseticidas é o método mais prático e eficiente de combate direto às moscas da laranja. Logo que sejam notados os primeiros sinais de ataque, as árvores devem ser tratadas com inseticidas que, depositadas sobre as frutas, permaneçam tóxicas às moscas durante vários dias. E dos produtos apresentando esta ação demorada, e que até hoje têm sido usados, o DDT é o mais indicado.

Para proteção dos laranjais, com este inseticida, podem ser feitos os seguintes tratamentos:

— Polvilhar as plantas com mistura de 5% de DDT, 40% de enxofre e o restante de talco.

No mínimo três tratamentos são necessários, com intervalo entre cada um de 25 dias. Repetir os imediatamente após as chuvas fortes. Bastam somente 40 — 60 gramas de pó por árvore.

— Ou então pulverizar a cultura com a solução contendo 0,5 a 1% de DDT, na forma de pó molhavel, 1% de enxofre molhavel e água (100 litros). Devem ser feitas três ou mais aplicações espacadas de 25-30 dias, ou repetidas após as chuvas. Aplicar a solução de preferência sobre os frutos.

Em ambos os casos o enxofre é adicionado com o fim de combater ao mesmo tempo os acaros que produzem a "ferrugem" da laranja.

O polvilhamento é uma operação mais prática, porém a pulverização quasi sempre dá maior proteção às frutas, pelo fato dos resíduos de DDT permanecerem por mais tempo sobre as mesmas.

Aumentam os Depósitos Populares, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, prova da confiança do povo a esse estabelecimento de crédito

ÍNDICE DE PROSPERIDADE NAS SUAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

Merece realmente uma referência especial, o Balanço Geral, que para conhecimento do público, acaba de ser publicado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO relativo às suas atividades do primeiro semestre do ano em curso.

Através esse documento altamente expressivo, encontram-se aí, todos os dados necessários ao mais meticoloso exame dos técnicos ou interessados.

Um dos motivos dignos de destaque, é o volume dos depósitos, fator do crescente desenvolvimento e progresso da Caixa Econômica, reflexo da sua administração, apoiada pela confiança e prestígio do povo àquela instituição de crédito popular. Intensificando por toda a cidade sua rede de agências, concorrendo assim para maior facilidade e bem estar do público tem ainda a sua Administração demonstrado em sucessivas campanhas, as vantagens de previdência, como fator de equilíbrio social. Rendamos louvores a obra que vem realizando a Caixa Econômica Federal, no incentivo à economia popular, oferecendo e concretizando abrigo seguro para a guarda das pequenas reservas domésticas, prevenindo a família para a futuro.

DEPÓSITOS POPULARES

Bem expressivos são os números que ilustram o Balanço no que se refere a esse título. Verifica-se aí, que Cr\$ 2.906.135.330,10 é o montante dos depósitos populares, expressão eloquente de prestígio e popularidade. Representam esses números a economia de pessoas, que demonstram assim, a sua confiança a Caixa Econômica.

Sem o aumento constante das economias entregues à sua guarda, não poderia a Caixa Econômica, tornar-se, como ocorre no atual momento, no estabelecimento bancário mais popular, que ostenta nos documentos oficiais o total de 3.773 milhões de cruzeiros como saldo dos depósitos.

DEPÓSITOS ESCOLARES

Instituindo o depósito escolar, o que também não deixa de ser popular, vem desde há muito a Caixa Econômica, inculcando no espírito da criança, o senso da responsabilidade futura, tornado-a econômica, conduzindo ao caminho certo, preparando-a para o amanhã. Nesse título que figura a importância de Cr\$ 11.661.929,20 se reflete o que de notável realiza a Caixa Econômica, no terreno previdenciário e para o Brasil no futuro.

OUTRAS OPERAÇÕES

Nas demais operações depois dos "populares" os depósitos de "avisos prévios" registraram um aumento de 68 milhões e um saldo de 327 milhões.

Uma modalidade de depósitos criada durante o exercício, os "especiais", para os funcionários da Caixa Econômica e do Ministério da Fazenda, já no

encerramento do semestre aparecia com um saldo de 34 milhões. Também os comerciais subiram para 289 milhões, com majoração de 18 milhões. Após o aumento de 9 milhões nos depósitos a prazo fixo, que montaram a 93 milhões, o último acréscimo na casa dos milhões foi a dos depósitos compulsórios com um saldo de 103 milhões e aumento de 2 milhões em relação ao total anterior. São os depósitos escolares majoraram em volume inferior a um milhão, pois só tiveram acréscimo de 207.000 cruzeiros, com um saldo de 11 milhões e 661 mil cruzeiros.

Outro detalhe importante observa-se no campo das aplicações dos depósitos que a Caixa Econômica recebe, vai desde a concessão de empréstimos para as grandes obras de saneamento e melhoramento urbano, favorecendo as condições de vida da população, até os pequenos créditos pessoais sob a garantia do penhor de objetos de uso doméstico.

Nas várias modalidades de crédito, uma das que mais interessam à população, refere-se ao financiamento hipotecário, pois soluciona um problema insólvel na metrópole.

Admite-se assim, o maior volume de empréstimos da Caixa Econômica, correspondente a hipotecas, quando no último exercício, registraram um saldo de 1.472 milhões de cruzeiros, com um aumento de aplicações de quase 70 milhões sobre o saldo anterior.

Logo após seguem os empréstimos sob consignação com a apreciável soma de 716 milhões, prova de que a Caixa Econômica, procura dentro as necessidades do crédito, atender aos servidores públicos, esta laboriosa classe, evitando que recorram à agiotagem, tão prejudicial aos interesses da família.

Neste setor, apresentou a Caixa Econômica, maior aumento na aplicação nos primeiros meses de 1950.

Na categoria dos empréstimos com garantias simultâneas, a Caixa Econômica inclui os financiamentos nos Estados e Municípios, para obras de interesse coletivo e a concessão de crédito às classes produtoras, nos diversos ramos de atividades — industriais, agrícolas, pastoris, comerciais, etc. Registraram aqueles empréstimos um saldo de 470 milhões de cruzeiros, com um aumento de 23 milhões em relação ao semestre anterior. Com os aumentos das outras categorias, os empréstimos feitos pela Caixa Econômica assinalaram um acréscimo de 305 milhões de cruzeiros no último exercício. São as seguintes as demais modalidades de aplicações, com os respectivos saldos na data de encerramento do balanço em foco, penhores, 180 milhões; Caixas Econômicas Federais 51 milhões; e Caução de Títulos, 37 milhões. Com o objetivo de facilitar a aquisição de títulos públicos, a Caixa Econômica instituiu durante o semestre uma modalidade especial de empréstimo, que no balanço de junho último acusava um saldo de Cr\$ 1.881.311,40.

Eis aí em dados claros e precisos o Balanço da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, documento que atesta o desenvolvimento e progresso desta notável instituição de crédito popular.

☆ Consultas e Informações ☆

Eng. Agr. **Geraldo Goulart da Silveira**
Consultor técnico de "A Lavoura"

CALAGEM E MICROORGANISMOS DO SOLO

Respondendo ao sr. F. A. O., nosso consócio do Estado de Minas Gerais, tenho a informar que, realmente, a calagem dos terrenos ácidos, favorece o desenvolvimento de bactérias do solo. De fato, enquanto que em terrenos com acidez expressa em 6,2, o número de bactérias atinge a treze milhões e seiscentos mil em uma grama de solo, e em terrenos com acidez expressa em 4,8, esse número atinge, apenas, a quatro milhões (segundo os cálculos de Waksman).

Graviola enxertada

Respondendo ao sr. F.X.F., do Maranhão, tenho a informar que a graviola pode ser propagada por enxertia, quer por borbúlia, quer por garfagem. Qualquer Anonácea serve como porta-enxerto, mas o araticum, pela sua rusticidade, é, sem dúvida o mais aconselhável.

Ácaros do cajá-manga

Respondendo ao sr. S.V., do Distrito Federal, informo que os ácaros do cajá-

manga podem ser combatidos pelo processo de pulverização com calda sulfocálcica.

Fixação de dunas

Elucidando o sr. J.A.L., nosso consócio do Estado do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, são mais aconselhadas para o referido Estado sulino, a lomba verde e o cedro marítimo, para a fixação de dunas. Conquanto muito aconselhável pela rapidez com que se desenvolve, a lomba verde apresenta a desvantagem de ser um tanto exigente em umidade, o que não acontece com o cedro marítimo, que a substitue, vantajosamente, nas zonas menos úmidas.

Óleo de bucha

Esclarecendo ao sr. E.L., do Estado do Rio, informo que as sementes de bucha fornecem um óleo combustível. Aproximadamente a quantidade de óleo é de cerca de 45%. O resíduo resultante da extração do óleo, isto é, a torta de bucha, pode ser empregada como adubo, sendo apreciável o seu teor em ácido fosfórico e em nitratos.

A Hora do Mate

Os imponderáveis também agem sobre os problemas econômicos. É preciso, porém, estar-se aparelhado para receber os seus benefícios.

A disciplina das produções, o preparo do clima para a sua prosperidade, a propaganda psicológica, no seio dos consumidores, tudo isto deve constituir a bússola orientadora de todos aqueles que têm sobre os seus ombros, as responsabilidades da Economia Nacional.

Deve estar contente a Diretoria do Instituto Nacional do Mate, com os dias gloriosos que está vivendo a herva mate, desde o chimarrão até o chá-mate, hoje introduzido, tão auspiciosamente, nas nossas rodas sociais elegantes.

Na última reunião da Junta Deliberativa daquela autarquia, o seu ilustre e dinâmico Presidente, Dr. Generoso Ponce Filho, recebeu homenagens muito expressivas, e a Estatística demonstrou um progresso natural na linha ascendente da preciosa produção, no seu comércio interno e nas perspectivas do seu comércio exterior.

Todas as expressões da indústria, do comércio, da política, da cultura paranaenses, catarinenses, matogrossenses e riograndenses do Sul, em reunião solene, testemunharam a sua gratidão e a sua admiração pelo programa do Presidente Ponce Filho, figura já inconfundível entre os melhores servidores do Brasil, na sua vida econômica.

A Hora do Mate foi, admiravelmente, aproveitada pela atual direção do Instituto, alcançando um êxito de que é testemunha, mais imparcial do que os interessados de várias correntes e opiniões, nem sempre inspiradas só no interesse nacional, o povo era geral — o grande consumidor que disputa os diversos tipos de mate, na certeza de que se alimenta e se tonifica com uma das maravilhosas produções com que a Natureza Brasileira nos prodigalisou. Não se poderá, nunca, com justiça, negar os méritos que cabem ao senhor Generoso Ponce Filho e seus colaboradores, no triunfo a que atinge, nesta época, o nosso mate, na hora do mate.

BOLSA DE ESTUDOS PATROCINADA PELA INDUSTRIA DO PETROLEO

Entendimentos levados a efeito entre a Standard Oil Company (N.J.) e o Instituto Internacional de Educação, sediado em New York, EE.UU., resultaram no estabelecimento de bolsas internacionais de estudo, destinadas aos que, possuindo grau superior, pretendem se especializar, fazendo cursos de extensão nos Estados Unidos.

Essas bolsas, conhecidas com "Bolsas Internacionais Esso", fazem parte do programa de intercâmbio cultural com países estrangeiros, que vem sendo executado pela referida Companhia, com o objetivo de estreitar relações e proporcionar aprimoramento técnico a pessoas de todo o mundo, contribuindo, também, para uma melhor compreensão internacional. Sem restringir os cursos que patrocinarão, as bolsas em apreço oferecem prioridade aos que pretendem ampliar seus conhecimentos em campos científicos ou econômicos.

Para o ano letivo norte-americano de 1951/1952, que terá início em setembro próximo e terminará em junho seguinte, quatro bolsas, no valor de 2.500 dólares cada, serão concedidas. Uma delas caberá ao Brasil, cujo candidato será selecionado por uma comissão presidida pelo professor Manoel Lourenço Filho e assim constituída: Mr. John A. Thompson, secretário executivo do Instituto Brasil-Estados Unidos; Sra. Aracy Muniz Freire, presidente da Comissão de Bolsas desse Instituto; e professor Jorge Costa Neves, representante da Stan-

dar Oil Company of Brazil, filada da empresa patrocinadora. Essa comissão escolherá o bolsista entre os candidatos indicados pelas comissões regionais que serão constituídas nas principais cidades do país, por membros proeminentes nas comunidades, elementos que farão a seleção inicial.

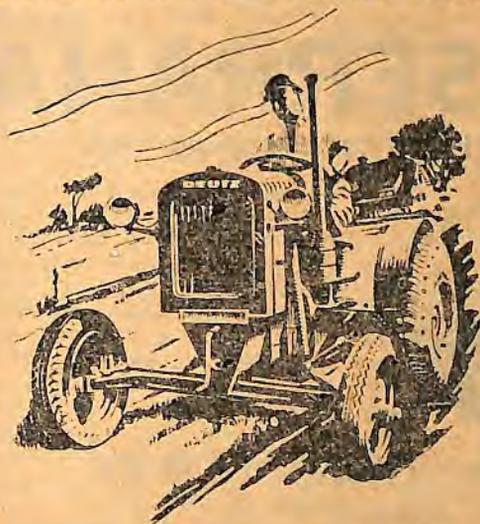
Entre as condições essenciais para concorrer à bolsa, encontram-se a de ser o candidato brasileiro nato ou naturalizado; ter conhecimento satisfatório da língua inglesa; ser diplomado em estabelecimento de ensino superior e ter entre dezoito e 35 anos de idade. Uma vez satisfeitas essas condições, o candidato terá uma série de entrevistas com os membros da comissão julgadora, já que a experiência profissional, os conhecimentos gerais e a personalidade são fatores preponderantes para a escolha.

Não será essa a primeira vez que a indústria do petróleo facilita a brasileiros a oportunidade de aumentar seus conhecimentos técnicos. Em setembro deste ano, o Sr. Ângelo Mário Gonçalves, assistente da cadeira de Telecomunicações da Escola Politécnica de São Paulo e engenheiro do Instituto de Eletrônica, anexo ao mesmo estabelecimento, foi contemplado com uma "Bolsa Internacional Esso", partindo para os Estados Unidos, onde está fazendo, no Instituto Carnegie, em Pittsburg, o curso de eletrônica industrial.

TRATORES AGRÍCOLAS DIESEL "DEUTZ-OTTO" LEGÍTIMOS

fabricado pela

KLÖCKNER-HUMBOLDT-DEUTZ A. G., KÖLN — Alemanha



Fornecidos com Pneus
ou com Rodas de Aço
e com Garras

Representantes Exclusivos:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA
Rio de Janeiro: R. da Alfandega, 116 — S. Paulo: R. Florencia de Abreu, 598
Porto Alegre: Rua Pinto Bandeira, 330-34 — Recife: Rua da Palma, 296
Endereço Telegráfico: "OTTOMOTOR"

O Novo "Controlador de Serviço" dos Tratores Ford

5 instrumentos em 1

Um utilíssimo instrumento acaba de ser aperfeiçoado por engenheiros da Ford Motor Company e passou a constituir equipamento standar em todos os novos tratores Ford. É êle o "Proof-Mater", que se chamará no Brasil "Controlador de Serviço".

Montado no painel de instrumentos do trator Ford, le possibilita ao operador determinar num relance a velocidade do motor, do trator, da tomada de força, da polia e o número de horas de serviço.

Os engenheiros dessa indústria há muito vêm procurando um modo de eliminar o cálculo "a olho" na operação dos tratores agrícolas. Durante anos têm êles recomendado velocidades ideais de operação para o motor, a tomada de força, a polia e os vários implementos agrícolas. Mas os fazendeiros tinham de seguir essas recomendações apenas por puro palpite. O "Controlador de Serviço" vem agora apresentar a solução desses problemas básicos para a operação econômica e eficiente dos tratores e equipamentos agrícolas. Representa, portanto, um passo decisivo para o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas.

O círculo exterior do "Controlador de Serviço" indica a velocidade do motor, possibilitando ao operador escolher a velocidade ideal para obter maior rendimento e economia em cada um de seus trabalhos.

O segundo círculo indica a velocidade do trator,

facilitando ao operador a escolha da velocidade e da marcha ideais para ceifar, plantar, adubar, e muitos outros trabalhos agrícolas para os quais na velocidade correta do trator reside a diferença entre o trabalho bem executado e simplesmente o trabalho executado.

A operação eficiente de grande parte dos implementos agrícolas depende da velocidade correta de tomada de força. Isto é agora possível obter graças ao indicador especial incluído no "Controlador de Serviço".

A velocidade da polia — fator importantíssimo para a operação de serras, moinhos, bombas d'água e outras máquinas acionadas pela polia é determinada em outro círculo de "Controlador de Serviço".

Um registro do trabalho do trator pode agora ser manido com o medidor de horas do "Controlador de Serviço". Esta inovação torna possível não só determinar o tempo da execução das várias tarefas agrícolas, como o momento exato para cuidados mecânicos, lubrificação, troca de óleo, etc.

O "Controlador de Serviço" é, portanto, um grande passo para a melhoria da operação dos tratores, permitindo o trabalho em bases mais técnicas e seguras.

Agora, que a nossa mecanização agrícola se tornou uma realidade, com os tratores aumentando dia a dia o volume e a variedade de trabalho, o "Controlador de Serviço" será sem dúvida de grande utilidade para que êsses trabalhos sejam mais perfeitos e mais econômicos.

SERRANA S/A. DE MINERAÇÃO

ADUBOS SERRANA

A PIONEIRA DO SUPERFOSFATO NO BRASIL



UMA FORMULA PARA CADA CULTURA

MATRIZ :

Rua de S. Bento, 308 — 9.º and.

Caixa Postal 80 - B

Tel. 3-7117 (Rede Interna)

FILIAL :

Av. Almirante Barroso, 54

18.º andar — Caixa Postal 1190

Tel. 32-4377 (Rede Interna)

CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO TÉCNICO

Combate ao Inssétos Caseiros

Eng. Agr. JULIO DI PARAVICINI TORRES

Os prejuizos causados pelos inssetos domésticos, isto é, os que convivem com o homem, são Ys vezes avultados. Haja vista so grandes estragos provocados pelos cupins no madeiramento, das casas, moveis, vestuários, documentos, livros, etc.,

Otuos há que, além, dese tornarem inconvenientes ao nosso sossêgo, são transmissôres de doenças infetocontagiosas, como a môsca, a pulga, o mosquito e o percevejo, que podem transmitir disenteria, filária, ulcera do Baurú, tracoma, maleita, febre amarela, tifo, peste bubônica, etc.,

Dentre os principais insetos que são nossos inimigos, podemos citar, cupim, barata, formiga, lopisma (traça dos livros), mosquitos, percevejo e purgo.

Mosca, mosquito, pulga e percevejo, são combatidos pelos inseticidas comumente vendidos no comércio, os quais, em geral são fabricados com querosene, naftalina, ácido salicilico, rotonona, piretro, DDT, etc.,

As baratas podem ser combatidas por uma mistura do ácido bórico, queijo ralado e açúcar. Elas morrem devido ao borax que, ao passar por seu tubo digestivo, paralisa as funções intestinais, formando, uma espécie de argamassa no seu interior, como o gesso. Esta fórmula dá ótimos resultados e o "veneno" é inofensivo ao homem. Emprega-se também a massa fosfórica ou uma mistura de ácido bórico, farinha de trigo e fluoreto de sódio. Recomenda-se também pulverizações com fluoreto de sódio ou fluossilicato de sódio em pó nos lugares onde se encontram as baratas, que morrem rapidamente.

Antigamente, as moscas eram espantadas com fôlhas do mamonoira ou caçadas com mosquiteiros. Hoje, existem no comércio inseticidas á base de DDT, que são bem eficientes, além de outros produtos que são queimados nos quartos de dormir, comumente empregados para exterminar mosquitos.

Como preventivo para as pulgas, recomenda-se manter bem limpos os cômodos da casa, calafetar as frestas do soalho e encera-lo desinfetar os lugares cimentados, com água e creolina e pulverizar o corpo dos gatos e dos cachorros com DDT em pó.

Os antigos usavam colocar, em baixo das camas, ramos de erva de Santa Maria para afugentar as pulgas.

Os cupins são insetos que maiores prejuizos causam às nossas propriedades. Eles dão preferência pelos lugares úmidos, de pouca limpeza. Proliferam assustadoramente, comendo madeiras, principalmente as "moles" como o Pinho. Apesar de vegetarianos, atacam também o couro. Seu combate consiste em destruir os ninhos, passando Carbolinum ou ortodichlorobenzeno nas madeiras de pequena espessura. O querosene é uma boa arma contra essa praga. Os objetos atacados podem ser expurgados em camaras fechadas com gazes de sulfureto de carbono (formicida). Nos cupins atacando madeira, cujos ninhos se achem localizados no solo, onde seu combate torna-se difícil, costumam-se fazer uma aplicação do sulfureto de carbono ou cianeto de potássio ou sódio ou, ainda, um veneno qualquer desses usados no exterminio dos formigueiros.

As formiguinhas que gostam de doces, graxas e carnes, podem ser combatidas com qualquer dos inseticidas conhecidos. Os americanos usam para esses insetos os seguintes repelentes: borax, naftalina, paradichlorobenzeno, tabaco, enxofre, óleo de

cedro, canfora, etc.,. Eles também empregam formulas cuja composição entram mel, açúcar, agua e arseniato de sódio, que, colocados em pires, são distribuidos nos lugares onde as formigas tem acesso.

Pode-se ainda colocar nos buracos dos formigueiros, de onde saem as formigas, umas colherinhas de sulfureto de carbono ou bicreto de etileno (C₂H₄C₁₂), cujos gazes matam rapidamente esses insetos.

Outro método conhecido, bastante eficiente para matar as formigas, consiste em pulverizações de fluoreto de sódio ou fluoral (Naf).

Finalmente, há o emprego de pedaços de toucinho ou graxas, impregnadas de pequena quantidade de tartaro emético.

Os percevejos, que, segundo observações realizadas, podem, num ambiente favorável de 15°C, suportar um jejum de 130 dias, serão removidos dos esconderijos e mortos, com piretro, querezene, gazolina, benzina ou qualquer outro inseticida coahcedo no comércio.

Para eles há o emprêgo do anidrido sulfuroso resultante da queima do enxofre (adicionando-se salitre para auxiliar a combustão). Esse gás no entretanto provoca a tosse em certas pessoas, falta de ar ou mal estar nos alérgicos. Por isso é necessário muito cuidado por ocasião do emprego dessa fumigação, aliás como na aplicação dos demais venenos, principalmente onde haja crianças e animais domésticos, para que eles não sejam envenenados. É indispensável uma rigorosa fiscalização de todos os objetos da casa onde exista esse pernicioso inseto, devendo-se mandar pintar ou cair as paredes da mesma, para um completo trabalho de combate.

Muitos inseticidas novos vêm sendo utilizados, em carater experimental, no combate as pragas dos vegetais cultivados e que poderão dar bons resultados no exterminio dos insetos domésticos por enquanto, porém, não se deve aconselhá-los. Por não estarem bem estudados os efeitos maleficos que poderão prejudicar a saúde do homem.

ORGANIZAÇÃO RURAL

Pelo decreto lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, cada município deverá contar com a sua associação rural, para defesa dos interesses agrícolas locais. Os lavradores de muitos municípios brasileiros já instalaram, e têm em funcionamento esse indispensável elemento de propulsão e defesa de sua agricultura. A Sociedade Nacional de Agricultura fornece a quanto o desejarem formulários de atas, estatutos, e outros elementos para a fundação e instalação de associações rurais municipais.

Peçam informações à sua Secretaria: Av. Franklin Roosevelt, 115-6.º andar. — C. P. 1245 — Tel. 42-2981 — Rio de Janeiro.

O PROBLEMA DO SAL

Em virtude da grande repercussão que teve no país o artigo que, tratando do problema do sal, em face das greves verificadas nos centros produtores — e felizmente já superadas —, foi publicado no último número do "Boletim da Associação Comercial", aqui o transcrevemos, para conhecimento dos meios interessados, no caso, os criadores do país:

Diríamos melhor: o problema do transporte, porque o problema do sal, só existe, no que diz respeito com a sua distribuição, pelas várias e longínquas regiões do país.

A sua produção aumenta e melhora, o seu consumo ultrapassa ao transporte possível. Daí as solicitações não atendidas, a que o Instituto Nacional do Sal vem dispensando os seus mais cuidadosos estudos e providências.

Ainda, há pouco, o Sr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro, examinando a questão, proclamou a necessidade de armazéns distribuidores e reconheceu a falta de transporte como a causa principal da má distribuição do sal, e isto sem culpa da nossa Marinha Mercante, sem meios para atender melhor ao transporte, como declarou o Presidente do Instituto Sr. Francisco Antunes Maciel, em vários documentos.

As providências, porém, estão sendo tomadas, em repetidos entendimentos entre o Presidente Antunes Maciel e o Presiden-

te da República, General Eurico Gaspar Dutra, e a cooperação da Comissão Executiva daquela autarquia.

...até mesmo a hipótese do aproveitamento de vapores estrangeiros, para o transporte do sal, foi cogitada e está em exame.

Ultimamente, greves injustificáveis têm perturbado a vida da economia salinera, maximé no Norte.

E isto não se explica, quando, até os preços do sal, nas salinas, para os atacadistas, foram aumentados, visando a situação econômica e social dos trabalhadores

Diríamos melhor: o problema do transporte em gasolinas, sem aumen tre peço para o consumo popular do produto.

Muitos entendimentos estão em curso para a solução da palpitante questão, até mesmo uma melhora na contribuição do sal no preço de frete pago às empresas de transporte.

Essas questões não podem ser resolvidas em caráter unilateral.

O sal ajudando o transporte, por meio dados, numa só equação contendo os dois elementos.

O sal ajudando o transporte, por meio de fretes compensadores e, aí, o transporte podendo atender melhor à distribuição do elemento vital, por todo o país.

Como afirmou o Sr. José Augusto, da tribuna da Câmara, o Brasil pode confiar no Instituto Nacional do Sal, sob a direção do Presidente Antunes Maciel com a colaboração de sua Comissão Executiva e o apôio que lhes dá o Governo da República.

Escola de Horticultura

Wencesláo Bello

Mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura

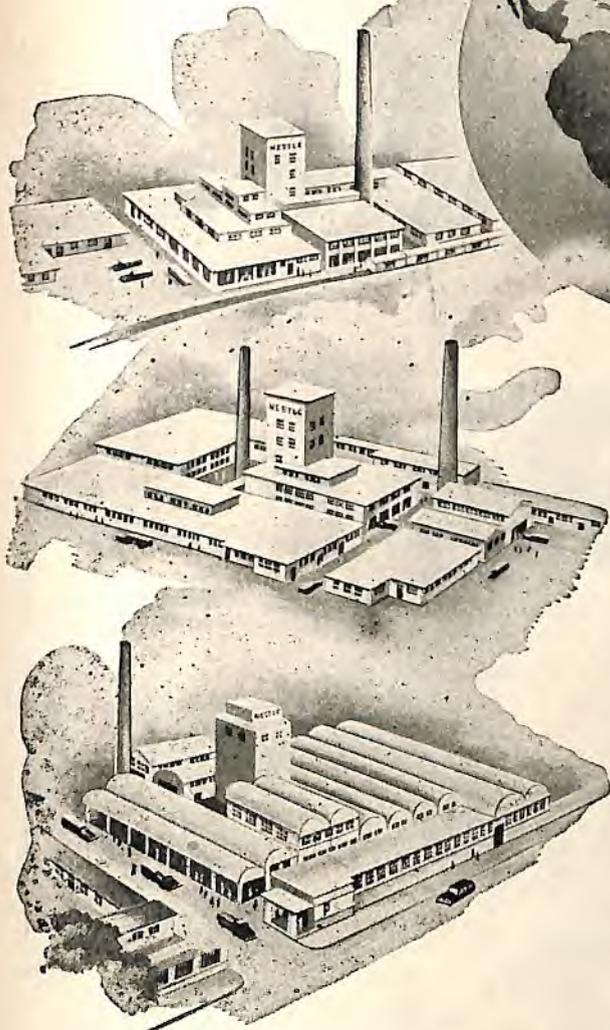
OLARIA — DISTRITO FEDERAL

Mudas de plantas e arvores frutíferas, a preços de custo de produção

INFORMAÇÕES NA SECRETARIA DA S. N. A. —

Av. Franylin Roosevelt, 115, 6.º — C. 1245 — RIO DE JANEIRO

Tradição



A primeira Fábrica NESTLÉ foi instalada há quase um século em Cham, na bela e hospitaleira Suíça.

Hoje, após tantos anos de trabalho ininterrupto e de incansáveis pesquisas nos campos da ciência e da técnica, o nome NESTLÉ tornou-se uma tradição. Representa, em todo o mundo, um símbolo de qualidade e perfeição. No Brasil, as 3 Fábricas Nestlé, montadas em Araras e Araraquara (Estado de S. Paulo) e Barra Mansa (Estado do Rio), com produção sempre crescente, e uma nova Fábrica, já em construção, bem demonstram o esforço feito para dotar o País de uma indústria de cunho altamente social e que vem contribuindo eficientemente para a solução de um dos maiores problemas da atualidade: a alimentação de crianças e adultos.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES
CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA NO BRASIL DOS**

Produtos NESTLÉ

LEITE CONDENSADO MARCA MOÇA - LEITES EM PÓ: LACTOGENO, NESTOGENO, ELEDON, PELARGON, NINHO - ALIMENTO CONCENTRADO MILO - NESCAO - CREME DE LEITE NESTLÉ - FARINHA LÁCTEA NESTLÉ - AÇUCAR NUTRITIVO NESSUCAR.



produtos



veterinários



PINHEIROS
CAIXA POSTAL 951 - SÃO PAULO